**Universidade Federal de Pernambuco
Centro Acadêmico do Agreste
Núcleo de Formação Docente
Curso de Licenciatura em Pedagogia**

Cicera Quitéria da Silva

“PODE O SUBALTERNO FALAR?”

Notas à educação em direitos humanos a partir da reconstrução da trajetória política de mulheres durante a ditadura civil-militar no agreste de Pernambuco

Caruaru

2017

Cicera Quitéria da Silva

“PODE O SUBALTERNO FALAR?”

Notas à educação em direitos humanos a partir da reconstrução da trajetória política de mulheres durante a ditadura civil-militar no agreste de Pernambuco

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Federal de Pernambuco (CAA), para obtenção do título de licenciada em Pedagogia.

Orientador: Prof^a. Dra. Allene Carvalho Lage

Caruaru

2017

Catálogo na fonte:
Bibliotecária – Marcela Porfírio CRB/4 - 1878

S586p Silva, Cicera Quitéria da.
“Pode o subalterno falar?” Notas à educação em direitos humanos a partir da reconstrução da trajetória política de mulheres durante a ditadura civil-militar no agreste de Pernambuco. / Cicera Quitéria da Silva. – 2017.
69f. : 30 cm.

Orientadora: Allene Carvalho Lage.
Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso) – Universidade Federal de Pernambuco, CAA, Pedagogia, 2017.
Inclui Referências.

1. Ditadura. 2. Direito e política. 3. Mulheres – Educação. I. Lage, Allene Carvalho (Orientadora). II. Título.

370 CDD (23. ed.) UFPE (CAA 2017-312)

CICERA QUITÉRIA DA SILVA

“PODE O SUBALTERNO FALAR?”

Notas à educação em direitos humanos a partir da reconstrução da trajetória política de mulheres durante a ditadura civil-militar no agreste de Pernambuco

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Pedagogia do Centro Acadêmico do Agreste da Universidade Federal de Pernambuco para a obtenção do grau/título de bacharel/licenciado em Pedagogia.

Aprovado em: 06 / 02 / 2017 .

BANCA EXAMINADORA

Prof^a Dra. Allene Carvalho Lage (Orientadora)

Universidade Federal de Pernambuco

Prof^o. Dr. Mário de Faria Carvalho (Examinador Interno)

Universidade Federal de Pernambuco

Prof^o. Dr. Fernando da Silva Cardoso (Examinador Externo)

Universidade de Pernambuco

Aos homens e mulheres que dedicam sua existência à luta pelo direito
à memória, verdade e justiça;

Àqueles e àquelas que promovem a democracia e os direitos humanos,

A todas as mulheres que resistiram em defesa dos seus ideais de
liberdade,

Às que tomaram na luta por justiça social e a todos os seus familiares,

Em especial,

In memoriam, à Soledad Barret Viedma, entregue grávida para a morte
pelo seu companheiro, pela resistência e história;

Às militantes Elizete Maria e Edileuza Portela, pelo compartilhamento
de suas vivências e protagonismo de suas lutas. Hoje, suas memórias
inspiram a todas/todos nós.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a Deus, pela fé renovada em cada batalha. Por ter guiado meus passos e dado a certeza que ao final tudo ficaria bem. Porque dEle, por meio dEle, e para Ele são todas as coisas.

Aos meus pais, Wilson e Quitéria, pelo apoio recebido mesmo sem compreender ao certo aonde eu queria chegar. Aos meus irmãos, por não terem tido a mesma oportunidade dada a mim, essa vitória é para vocês.

Agradeço, em especial, às militantes Edileuza Portela e Elizete Maria, por terem acolhido este estudo de forma tão atenciosa e paciente, compartilhando comigo suas memórias de luta e resistência.

À professora Allene Lage, orientadora da pesquisa, pela forma atenciosa e dedicada com que acolheu minha ideia. Pelo afeto e disponibilidade em auxiliar, melhorar a qualidade do texto, enfim, sou imensamente grata por todo o ensinamento, compreensão e respeito.

A Fernando Cardoso, meu carinho e reconhecimento.

Aos professores do curso, por terem contribuído de maneira tão significativa em minha formação enquanto docente, mas sobretudo, enquanto pessoa.

A Cícero José e Marlene Brito, mestres que incentivaram minha caminhada desde o Ensino Médio. Obrigada por ter visto em mim potencial quando eu mesma não me enxergava capaz. A Marlene, pela essencial ajuda no trabalho e por todo o apoio.

Ao MMTR-NE, por ter me recebido de forma tão calorosa e pelo auxílio dado a pesquisa por meio das informações que me forneceram. Em especial, a Gabriela Monteiro e Iasmin Araújo, pela mediação com as militantes entrevistadas.

Aos meus amigos, pelo carinho e incentivo nas horas de desânimo. Em especial, a Carol (Silvana) e Armando, por terem trilhado comigo essa caminhada, sem vocês ela não teria sido tão alegre e leve.

A Márcio, pelo companheirismo e incentivo de sempre. Obrigada pela força e amor dispensados a mim nos meses de dedicação a esta pesquisa.

Só vos peço uma coisa: se sobreviverdes a esta época, não vos esqueçais! Não vos esqueçais nem dos bons, nem dos maus. Juntais com paciência as testemunhas daqueles que tombaram por ele e por vós. Um belo dia, hoje será o passado, e falarão numa grande época e nos heróis anónimos que criaram a História. Gostaria que todo mundo soubesse que não há heróis anónimos. Eles eram pessoas, e tinham rostos, tinham nomes, tinham desejos e esperanças, e a dor do último entre os últimos não era menos do que a dor do primeiro, cujo nome há de ficar. Queria que todos esses vos fossem tão próximos como as pessoas que tivésseis conhecido como membros de vossa família, como vós mesmos.

Júlio Fuchic – Testemunho sob a forca.

RESUMO

A presente pesquisa busca (re)construir a trajetória política da mulher nos espaços de luta social pela democracia nos anos da ditadura civil-militar brasileira (1964 – 1985). A questão central discutida neste estudo diz respeito a reconstrução da memória coletiva como um paradigma de educação em direitos humanos. Como objetivo geral buscou-se compreender as contribuições da reconstrução da trajetória política de mulheres durante a ditadura civil-militar no Agreste de Pernambuco para a educação em direitos humanos. Os principais autores que embasaram esta pesquisa foram: Ramírez-Barat; Duthie (2016), Vieira e Lage (2012), Sarti (2004) e Colling (1997; 2004). No que se refere ao percurso teórico metodológico, tomou-se como referência a pesquisa em sua abordagem qualitativa, com base nas ideias de Minayo (2008). Também elegeu-se o Método do Caso Alargado como método da pesquisa, a partir das considerações de Santos (1983) e Lage (2009). Quanto às tipologias, fez-se uso da pesquisa bibliográfica e exploratória. Para alcançar o objetivo proposto, foi utilizada a técnica da História de Vida, por acreditar ser esta a mais indicada ferramenta para abordar/analisar a trajetória social desses sujeitos. Como técnica de tratamento das informações, usou-se a Análise de Conteúdo enquanto exercício de análise e sistematização dos dados. A pesquisa está delimitada ao universo de mulheres que militaram em oposição à ditadura civil-militar no Agreste de Pernambuco como forma de concretizar as pretensões metodológicas do referido estudo. Dessa forma, os resultados alcançados apontam que a mulher participou de maneira ativa na resistência contra a ditadura militar no Agreste de Pernambuco. Apesar de ter convivido com violências durante esse período, ligadas, notadamente, com marcadores relacionados à subalternização do gênero feminino nos processos de lutas sociais, as trajetórias políticas das militantes caracterizam a importância da formação política, apontando caminhos para pensar a educação em direitos humanos.

Palavras-chave: Ditadura civil-militar. Mulher. Educação em/para os direitos humanos. Formação Política. Agreste de Pernambuco.

ABSTRACT

This research seeks to (re) construct the political trajectory of women in the spaces of social struggle for democracy in the years of the Brazilian civil-military dictatorship (1964 - 1985). The central issue discussed in this study concerns the reconstruction of collective memory as a paradigm of human rights education. The general objective was to understand the contributions of the reconstruction of the political trajectory of women during the civil-military dictatorship in the Agreste of Pernambuco for the education in human rights. The main authors that supported this research were: Ramírez-Barat; Duthie (2016), Vieira and Lage (2012), Sarti (2004) and Colling (1997; 2004). With regard to the theoretical methodological path, the research was taken as a qualitative approach, based on the ideas of Minayo (2008). The Extended Case Method was also chosen as the research method, based on the considerations of Santos (1983) and Lage (2009). As for typologies, bibliographic and exploratory research was used. In order to reach the proposed goal, the Life History technique was used, as it is believed to be the most indicated tool to approach / analyze the social trajectory of these subjects. As a data processing technique, Content Analysis was used as an analysis and data systematization exercise. The research is delimited to the universe of women who militated in opposition to the civil-military dictatorship in the Agreste of Pernambuco as a way to concretize the methodological pretensions of the mentioned study. Thus, the results obtained indicate that the woman participated actively in the resistance against the military dictatorship in the Agreste of Pernambuco. Despite having lived with violence during this period, especially with markers related to the subalternization of the female gender in social struggle processes, the militant political trajectories characterize the importance of political formation, pointing out ways to think about human rights education.

Keywords: Civil-military dictatorship. Woman. Education in / for human rights. Political Formation. Agreste of Pernambuco.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 MEMÓRIA POLÍTICA, DIREITOS HUMANOS E EDUCAÇÃO: TRAJETÓRIAS E MARCOS	16
2.1 Educação em direitos humanos como marco ao nunca mais	16
2.2 Tópicos para educação em direitos humanos	20
2.3 Gênero e Movimentos Sociais: uma breve discussão sobre o Movimento de Mulheres na ditadura civil-militar	24
3 PERCURSO TEÓRICO METODOLÓGICO	29
3.1 Método e tipo de abordagem	29
3.2 Tipo de estudo	30
3.3 Delimitação e local da pesquisa	31
3.4 Fonte de informação	32
3.5 Técnica de coleta de dados	33
3.6 Análise e Sistematização	33
4 REMEMORAR PARA FORMAR: O TRAJETO POLÍTICO DE MULHERES MILITANTES COMO EIXO À EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS	35
4.1 O caso das militantes Elizete Silva e Edileuza Portela	37
4.1.1 Militante Elizete Maria da Silva	38
4.1.1.1 <i>Análise das categorias</i>	40
4.1.2 Militante Edileuza Dias Portela	48
4.1.2.1 <i>Análise das Categorias</i>	50
5 NOTAS A UMA EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS	58
REFERÊNCIAS	60
APÊNDICE	67

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho se propõe a rememorar os trajetos políticos de sujeitos subalternizados¹ pela História, tendo a reconstrução das narrativas históricas sobre o movimento de mulheres no Agreste de Pernambuco como eixo a novas dimensões da educação em direitos humanos, especialmente acerca do período da ditadura civil-militar brasileira (1964 - 1985)².

A pergunta que dá nome ao título desta pesquisa faz referência ao renomado artigo escrito em 1988 por Gayatri Spivak³, teórica dos estudos Pós-coloniais. Spivak traz a ideia de que os sujeitos subalternizados, em especial a mulher, têm sua fala silenciada diante de uma sociedade patriarcalista e colonial. Para a autora, ao ser representada por um discurso hegemônico, essencialmente masculino, a mulher – sobretudo a mulher negra e pobre - é impedida de exercer a sua autonomia e colocada às margens da História, narrada a partir da ótica dos intelectuais. O panorama apresentado na obra reforça o posicionamento assumido neste estudo: silenciar, no caso desses sujeitos subalternizados, significa resistir.

Nesse sentido, compreende-se que, ao lançar a pergunta que dá nome ao título e tema da obra de Spivak, dá-se abertura para recontar essas narrativas históricas, priorizando as falas desses sujeitos invisibilizados, dando-lhes um lugar central na História. Para tanto, esta pesquisa assume a perspectiva da educação em direitos humanos, por entender seu lugar central na construção democrática e desenvolvimento de ações que possibilitem um ideário de cidadania, buscando (re)contar e consolidar uma cultura dos direitos humanos.

É fato que o período ditatorial brasileiro provocou significativas mudanças no campo político, econômico e social. A censura e a repressão do Estado contra os opositores do governo foram algumas das várias formas de violência e suspensão dos direitos humanos

¹ Discute-se a ideia de sujeito subalternizado a partir da concepção de Spivak (2010). Para a teórica, estes sujeitos se encontram nas “camadas mais baixas da sociedade, constituídas pelos modos específicos de exclusão dos mercados, da representação política e legal, e da possibilidade de se tornarem membros plenos no estrato social e dominante (SPIVAK, 2010, p. 12).

² Fez-se uso do termo “civil-militar” por compreender que diversos segmentos da sociedade – dentre eles, políticos e empresários - foram determinantes na efetivação do Golpe Civil-Militar de 1964 no Brasil. Conforme Aarão Reis (2010), o termo “ditadura militar” é totalmente oportuno a uma sociedade que não quer ser vista como cúmplice de um regime considerado, na atualidade, como abominável.

³ SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** /Gayatri Chakravorty Spivak; tradução de Sandra Regina Goulart Almeida, Marcos Pereira Feitosa, André Pereira Feitosa. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

institucionalizadas na época. Dentre os marcadores sociais produzidos neste período, têm destaque os marcadores de gênero.

Assim, pondera-se que, dentre os principais atores políticos que militaram nos movimentos de resistência pela restauração da democracia, destaca-se a mulher, opositora ao regime, porém, tratada como mera coadjuvante no processo de construção da memória e verdade histórica do período. Embora tenha participado de maneira ativa desse contexto de luta e repressão, a figura feminina foi – e ainda é – subalternizada enquanto agente político de resistência, sofrendo os efeitos tanto da historiografia oficial como os da hegemonia de gênero (CRUZ, 2013).

Em se tratando da participação da mulher nordestina na militância contra a ditadura civil-militar, acreditamos que a memória histórica acerca de sua atuação não foge a essa configuração. As representações do masculino e, por conseguinte, do feminino, que até hoje reforçam a manutenção do patriarcado na região, fixaram no imaginário coletivo a figura masculina como central na construção da memória do Nordeste, tornando invisível a presença e participação da mulher nordestina nessa construção, demarcando os papéis sociais destinados a ela.

É nesse contexto que surge a necessidade de pesquisas que deem conta de resgatar a experiência de vida desses sujeitos subalternizados que atuaram nos movimentos de resistência ao regime autoritário nos diferentes estados brasileiros, haja vista que a história é formada por redes e por vários atores. Tais estudos devem partir de um viés dos direitos humanos, de modo que a reconstrução das narrativas históricas desses sujeitos possa ser assumida como uma forma de consolidar preceitos humanísticos a partir de uma educação para a democracia e para a cidadania.

Isto posto, pontua-se que o que está sendo tratado como paradigma de educação em direitos humanos neste trabalho é, justamente, a reconstrução da micro história⁴ de mulheres que militaram contra o período de repressão civil-militar em Pernambuco, mais especificamente na região Agreste, buscando recontar suas vivências na militância como forma de presentificar os acontecimentos e (re)conhecer a sua importância neste cenário de lutas e resistência.

Nessa perspectiva, realizou-se o mapeamento de trabalhos que partissem desse viés, privilegiando as discussões que envolvessem a atuação do movimento de mulheres nos diferentes contextos e espaços de atuação contra o civil-militarismo de 1964. Assim, a partir de

⁴ Cf. VAINFAS, Ronaldo. Os protagonistas anônimos da história: micro história. Campus, 2002.

um levantamento bibliográfico, foi possível sistematizar as ideias iniciais e prosseguir com o desenvolvimento da pesquisa. Nesse sentido, encontrou-se que:

Em “A resistência da mulher à ditadura militar no Brasil”, Ana Maria Colling investiga o envolvimento feminino nos movimentos de oposição a esse período de exceção, abordando os processos feministas de resistência e reconhecendo o seu protagonismo nas organizações de luta armada, articulando temas como repressão, gênero e militância.

Merlino e Ojeda (2010) discorrem sobre a coragem incisiva desses sujeitos na resistência contra o regime civil-militar, apresentando um panorama geral do que foi, de fato, esse período histórico. Cynthia Andersen Sarti (2004), que explora o modo como a questão da mulher ganhou visibilidade ao longo da época, promove uma articulação entre feminismo e resistência.

Maria Amélia de Almeida Teles (1999), em “Breve história do feminismo no Brasil”, discorre sobre a condição feminina e a ruptura de valores acerca do papel da mulher na sociedade brasileira durante as décadas de 1960 e 1970.

Ampliou-se o estado do conhecimento a partir das bases de dados da Associação Nacional de Direitos Humanos – Pesquisa e Pós-Graduação (ANDHEP) e da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação (ANPED)⁵. Com isso, procurou-se alargar os horizontes da pesquisa, de modo a buscar produções científicas que trabalhassem com o objeto de estudo deste trabalho, a partir do viés da educação em direitos humanos, tendo em vista o foco humanístico e educacional presente nos trabalhos das referentes bases.

Desse modo, optou-se pelos grupos de trabalhos que mais se enquadravam nos critérios da pesquisa. Logo, dos GT’s da Anped (2005 – 2015), foram eleitos os seguintes: GT 2 – História da educação; GT 3 – Movimentos sociais, sujeitos e processos educativos; e o GT 23 – Gênero, sexualidade e educação, nos quais não foi encontrado nenhum trabalho que se aproximasse da temática pesquisada.

Quanto à análise na ANDHEP, investigou-se os encontros desde a sua segunda edição até o nono e último encontro, em maio de 2016. Nesse sentido, foram encontrados nos anais do VIII encontro da associação, produções científicas que fazem menção à educação em direitos humanos como ponte para o nunca mais, totalizando em dois trabalhos.

Nesse contexto, em “Educar para nunca mais: memória e resistência camponesa em Mari - PB”, Maria de Nazaré Tavares Zenaide busca reconstruir a história de resistência das

⁵ Ressalta-se que a escolha dessas bases de dados se deu a partir da visibilidade e importância destas no cenário nacional e internacional, bem como, pela proximidade de seus objetivos e temáticas com o objeto de estudo desta pesquisa.

ligas camponesas à ditadura civil-militar no município de Mari. Para tanto, a autora parte da memória de familiares das vítimas como forma de conquistar a verdade dos fatos e a reparação histórica como um meio de educar para os direitos humanos.

Alessandro Martins Prado discute no texto “O papel da implantação de políticas públicas voltadas para a educação em direitos humanos no resgate do direito à memória e à verdade no Brasil” acerca da educação em direitos humanos como ponte para o conhecimento do passado histórico e preservação da memória coletiva acerca das violações aos direitos humanos perpetradas pelo Estado à época da ditadura civil-militar brasileira.

Contudo, apesar de tais temas se aproximarem do objeto de estudo desta pesquisa, é válido constatar a ausência/insuficiência de trabalhos acerca da investigação pretendida, bem como, a pouca visibilidade do tema no âmbito acadêmico. Dessa forma, ressalta-se a importância do presente estudo, tendo em vista o seu enfoque inovador.

Ainda, as pesquisas realizadas indicam que a historiografia oficial se concentra quase que exclusivamente em pesquisar o envolvimento feminino no combate à ditadura militar nas capitais ou nos grandes centros urbanos, o que demonstra um duplo apagamento da mulher pernambucana na historiografia oficial.

Nesse sentido, a problemática assumida no presente estudo busca responder a seguinte questão: quais as principais contribuições da reconstrução da trajetória política de mulheres durante a ditadura civil-militar no Agreste de Pernambuco para a educação em direitos humanos?

Com base nessa perspectiva, elegeu-se como objetivo geral:

- ✚ Compreender as principais contribuições da reconstrução da trajetória política de mulheres durante a ditadura civil-militar no Agreste de Pernambuco para a educação em direitos humanos

Como *objetivos específicos* que auxiliaram no entendimento de tal problemática, tem-se os seguintes:

- ✚ Caracterizar as formas de protagonismo das mulheres na luta contra a ditadura civil-militar no Agreste de Pernambuco;
- ✚ Discutir sobre a participação da mulher nos movimentos de resistência à ditadura civil-militar brasileira no Agreste de Pernambuco;
- ✚ Analisar os principais aspectos da trajetória política da mulher em oposição à ditadura civil-militar como um espaço formativo a partir da educação em direitos humanos.

Assim, no âmbito pessoal, a trajetória no curso de Pedagogia, Campus Agreste da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), em especial, a disciplina de Movimentos

Sociais, despertou o interesse pelo Movimento de Mulheres e pela compreensão do passado histórico acerca do regime autoritário no Brasil, haja vista que o conhecimento social acerca dessa importante passagem da história do país ainda se encontra cercado por brechas e omissões, contribuindo para a perpetuação de uma ditadura do silêncio.

A escolha do tema se deu também pela sua relevância no âmbito social e acadêmico, à medida em que reconhece e busca dar notoriedade à atuação de mulheres na luta contra o regime de exceção e pela democracia do país, a partir de uma perspectiva humanista. Tendo completado, recentemente, 50 anos do golpe civil-militar no Brasil, a história desse momento da história ainda é repleta de lacunas.

Portanto, (re)construir e rememorar o passado histórico acerca deste período oferece uma importante contribuição à formação para o nunca mais. Assim, este estudo encontra relevância por apontar bases de um novo paradigma educacional para o desenvolvimento de uma cultura dos direitos humanos, a partir do eixo memória e verdade protagonizada por sujeitos subalternizados.

Assim, o trabalho está dividido, sistematicamente, em quatro partes. Na primeira seção, é feita uma discussão à luz das categorias teóricas eleitas para embasar a pesquisa, a saber: a educação em direitos humanos, os movimentos sociais e a mulher na ditadura civil-militar, pensando a educação a partir de uma perspectiva humanística e abordando os marcos legais que a definem como tal.

Também aborda a educação em direitos humanos como um paradigma de rememoração do passado, destacando o processo de reconstrução dos trajetos políticos de sujeitos invisibilizados como uma forma de conhecer para formar. Por fim, apresenta os movimentos sociais – com foco no Movimento de Mulheres – enquanto espaços educativos e de concretização das lutas e resistências as quais se propõe investigar.

A segunda seção aborda o percurso metodológico assumido na pesquisa, evidenciando os métodos e abordagens utilizadas para o seu desenvolvimento, assim como as técnicas empregadas para coletar e analisar os dados. Ainda, apresenta o universo e os sujeitos da investigação.

Já na terceira seção, apresenta-se os desdobramentos advindos da análise dos dados, buscando estabelecer a ação do Movimento de Mulheres na ditadura civil-militar brasileira como uma perspectiva de educar para os direitos humanos. Para tanto, descreve as categorias analíticas que serviram de alicerce à análise, bem como, apresenta a história de vida das militantes Edileuza e Elizete e, por fim, realiza-se a análise de suas falas, tentando elencar os principais achados da pesquisa.

Culminando este trabalho, a última seção apresenta breves notas à educação em direitos humanos a partir das narrativas históricas das militantes. Nesse viés, aponta as práticas educativas para os direitos humanos como ponte para efetivação da justiça histórica sobre as trajetórias políticas do movimento de mulheres à época do civil militarismo brasileiro, contribuindo, assim, para a reconstrução da memória coletiva e, por conseguinte, para o nunca mais.

2 MEMÓRIA POLÍTICA, DIREITOS HUMANOS E EDUCAÇÃO: TRAJETÓRIAS E MARCOS

Nesta seção, é apresentada uma breve discussão teórico-conceitual acerca da educação, focando, especialmente, a sua dimensão política e social. Ao mesmo tempo, recorre-se a uma abordagem político-educacional que a reconhece como prática essencial à convivência humana e à efetivação da democracia e cidadania ativa.

Posteriormente, discute-se a ideia de educação para os direitos humanos, assumindo, a partir desse eixo, uma perspectiva de rememoração do passado e construção da democracia. Dessa forma, a educação para os direitos humanos é debatida enquanto o paradigma educativo que mais se aproxima da garantia à memória e à verdade sobre o período do civil-militarismo e de como esse trajeto pode significar em formar para a não repetição.

No último subitem do presente capítulo, buscou-se contar, de forma breve, a trajetória de luta dos movimentos sociais – em especial, do movimento de mulheres – pela construção de uma cultura de direitos e de justiça histórica. Nesse viés, o último ponto desta seção discute sobre o enfrentamento feminista nos movimentos de combate à ditadura civil-militar brasileira, possibilitando uma “nova história” da mulher nos espaços de luta e resistência, abrindo caminhos a análise acerca da formação política a partir desses espaços.

2.1 Educação em direitos humanos como marco ao nunca mais

Historicamente, a memória tem assumido diversos significados e perspectivas que atendem aos interesses dos grupos dominantes e que influenciam – ainda hoje – a nossa percepção sobre os acontecimentos passados. Não obstante, um novo pensamento social que emerge por volta do século XX aponta para a modificação desta realidade. Assim, diversas pesquisas têm promovido um encontro entre passado e memória a partir das experiências de vida dos grupos marginalizados pela história hegemônica, como é o caso das mulheres, negros, trabalhadores, homossexuais, crianças, povos tradicionais, entre tantos outros.

Essa nova perspectiva congrega o entendimento de que o ato de rememorar emerge enquanto resultado das lutas sociais pela afirmação das narrativas destes grupos vulnerabilizados. Assim sendo, entende-se que há uma importante contribuição da memória ao sentimento de pertença e de identidade destes sujeitos na história oficial. Nessa direção, discute-se a ideia de memória a partir de Jacques Le Goff (1996), que a toma como fonte política e

histórica sem que, entretanto, signifique a própria história, mas um dos seus objetos principais à elaboração histórica.

Com base nas proposições teóricas do referido autor, a memória é discutida em seu viés coletivo, como lugar de nascimento da história. Assim, de acordo com o autor, a memória é o instrumento pelo qual os sujeitos sociais procuram “[...] salvar o passado para servir o presente e o futuro”. Servindo “[...] para a libertação e não para a servidão do homem” (LE GOFF, 1996, p. 477).

Dessa forma, a memória coletiva se apresenta enquanto o espaço em que homens e mulheres são produzidos(as) como sujeitos da história. A partir desta ideia, entende-se que o ato de lembrar possibilita a compreensão dos fatos pregressos e correntes e converge para um futuro afirmador da memória enquanto caminho à libertação dos sujeitos. Nesse contexto, a (re)construção da memória política brasileira tem como eixo norteador a educação como instrumento de resgate à memória e à verdade.

Nessa perspectiva, reconstruir a memória coletiva sobre os trajetos políticos assumidos por diferentes sujeitos no período da ditadura civil-brasileira vem se constituindo como um dos principais objetivos da educação. O conhecimento dos fatos pretéritos e o aprendizado dos erros coletivos é hoje caminho ao “nunca mais”⁶ (ARAÚJO; SILVA; SANTOS, 2013). A busca pelo reconhecimento da memória coletiva resgata o papel da educação enquanto um projeto de transformação social, ponto de partida e de chegada para a consolidação dos preceitos acerca dos direitos humanos, e vice-versa.

A educação é, antes de tudo, promotora da coesão social. Não se pode deixar de considerar a sua função de preparar os sujeitos para agir politicamente e afirmar o compromisso humano com a paz e a tolerância (RAMÍREZ-BARAT; DUTHIE, 2016, p. 13/14 Tradução livre⁷). Diante disso, diversos marcos normativos e políticos, bem como, ações globais buscam legitimar a educação como um “direito humano elementar”, dentre estes documentos basilares

⁶ “Brasil Nunca Mais” é o título de um livro organizado pela Comissão de Justiça e Paz de São Paulo e editado pela Editora Vozes (1985). Seu conteúdo trata das perseguições, dos processos contra os presos políticos, das torturas e dos torturadores denunciados à justiça militar. O título do livro se transformou em mote dos movimentos em defesa da democracia (VIOLA; ALBUQUERQUE, 2015, p. 89).

⁷ As a social institution, education is fundamental to the functioning of any society. Education transmits established knowledge and shared culture and can play an important role in forming productive and politically engaged citizens and promoting social cohesion. making younger generations sensitive to the values, attitudes, and skills necessary for peace and tolerance.

à institucionalização da educação, destaca-se a Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 10 de dezembro de 1948.

Em seu artigo 26, parágrafo 1º, a Declaração estabelece a educação como um direito humano universal, cabendo ao Estado possibilitar meios de assegurá-la e de garantir a sua democratização. Neste caso, conforme parágrafo 2º do referido documento, a educação funciona como um instrumento de desenvolvimento dos valores sociais e dos laços de respeito à dignidade humana e à liberdade. Assim, entende-se que a efetivação de práticas educativas voltadas ao respeito aos princípios humanos é o caminho mais acertado à manutenção da democracia (DUDH, 1948).

De modo consequente, o reconhecimento da educação como essencial à manutenção de uma cidadania plena é também tematizado no Pacto Internacional sobre os Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, criado em 16 de dezembro de 1966, na Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU). De acordo com este pacto, cabe a educação:

Capacitar todas as pessoas para participar efetivamente de uma sociedade livre, favorecer a compreensão, a tolerância e a amizade entre todas as nações e entre todos os grupos raciais, étnicos ou religiosos, e promover as atividades das Nações Unidas para a manutenção da paz (ONU, 1966, p. 06).

A legitimação do direito à educação é assegurada também por diversas leis, programas e ações a nível nacional. Dentre estes marcos históricos, destaca-se a Constituição Federal de 1988, referência para a educação no Brasil. O Art. 6º do referido documento apresenta a educação como um direito social, assim como também trata a Lei 9.394/96, que dita as Diretrizes e Bases que orientam a educação brasileira.

Nesse sentido, a educação assume o compromisso de emancipar e formar cidadãos críticos e conscientes, fazendo surgir um imaginário coletivo, embasado por práticas sociais de respeito à diversidade, de promoção da cidadania e do reconhecimento do outro. Funciona, dessa forma, como um veículo importante na promoção da democracia. Por seu caráter reparador, atua na reconstrução do passado e na transmissão da memória coletiva, ajudando na construção imagética dos sujeitos que protagonizaram as lutas sociais (RAMIREZ-BARAT; DUTHIE, 2016).

Assim, a partir das proposições destes autores, a educação também assume o dever de prevenir e proteger as gerações subsequentes das ameaças à democracia. Desse modo, entende-se que as práticas educativas contribuem para formar novos sujeitos históricos, aptos a enfrentar e a superar as injustiças sociais, presentes, passadas e futuras.

Hobsbawn (1995), aponta a destruição do passado como um dos fenômenos mais característicos e lamentosos do fim do século XX. Atualmente, o advento das chamadas tecnologias de comunicação, deu seguimento a esse processo de descontinuidade histórica. Desse modo, assumir a educação em direitos humanos como paradigma de reconstrução do passado histórico sobre o período do regime civil-militar brasileiro tem se apresentado como necessidade premente ao exercício de memória política e consolidação de uma cultura democrática. Nesse contexto,

Conhecer a verdade e ter acesso à história é, portanto, um direito de todos. Mas ofertar especialmente aos jovens **o conhecimento histórico de acontecimentos que marcam nosso passado repressivo (e que ainda condicionam nosso presente) é certamente um ato político**. Pois se trata de lembrar não apenas para que haja justiça com as vítimas, mas também para que toda a sociedade se envolva na consolidação da nossa cultura democrática. Damos assim, passos efetivos para fortalecer um modelo de sociedade cada vez mais ativa e exigente com o respeito aos direitos humanos. Para que não se esqueça. Para que nunca mais aconteça (ARAÚJO; SILVA; SANTOS, 2013, p. 07) [grifo nosso].

A proposta da educação em direitos humanos no Brasil é concomitante ao processo de redemocratização nacional⁸. O debate surge na década de 1980 como uma tentativa de enfrentamento da sociedade ao civil-militarismo. Por meio dela, buscou-se garantir a consolidação dos princípios democráticos e o não retorno à violência armada, usada sistematicamente pelo Estado como forma de reprimir as ações e pensamentos divergentes do Governo.

Nessa perspectiva, a conciliação da sociedade brasileira com o seu passado histórico, em especial, com o conhecimento das narrativas de luta dos sujeitos subalternizados pela História, perpassa o processo educativo e assume o reconhecimento das trajetórias políticas desses sujeitos como um espaço essencial à formação para o nunca mais e, por conseguinte, à formação em educação em direitos humanos. Assim, educar em e para os direitos humanos⁹ como forma de efetivar o direito à memória e à verdade equivale à busca por justiça histórica,

⁸ A redemocratização da sociedade brasileira foi construída a partir das lutas: contra a censura, como no Tribunal Tiradentes organizado em São Paulo; pela libertação dos presos políticos e o retorno dos exilados, como no movimento pela Anistia; em defesa das eleições diretas, com manifestações que reuniram milhares de pessoas nas ruas do Brasil e a convocação de uma Constituinte soberana (SANTANDER, 2010, p. 08).

⁹ Educação em Direitos Humanos é todo o processo de ensino que ocorre dentro e fora do espaço escolar na perspectiva de formar a pessoa com competências e habilidades para gerir todas as situações que envolvam a temática Direitos Humanos. Educar para os direitos humanos é a prática da educação, de uma postura, de uma ética para os direitos humanos. Constitui-se como a própria condição da cidadania, e exercício da democracia. Cf. SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. Educação em/para os direitos humanos: entre a universalidade e as particularidades, uma perspectiva histórica. In: Educação em direitos humanos: fundamentos teóricos-metodológicos / Rosa Maria Godoy Silveira, et al. – João Pessoa: Editora Universitária, 2007.

possibilitando uma nova consciência política, crítica e democrática dos fatos ocorridos durante este período violento da história nacional.

Dessa forma, a educação em direitos humanos se afirma no presente como fundamental ao fortalecimento dos laços coletivos e democráticos, essencial a um processo de mudança social. Por meio desta se torna possível desenvolver o respeito à pessoa humana, sensibilizando e conscientizando os sujeitos com vistas a construir uma formação cidadã que despreze o passado (TAVARES, 2008). Com isso, o processo educativo se distancia de um viés utilitarista e disciplinador, indo ao encontro de uma pedagogia interdisciplinar e ressignificada.

Nesse viés, outros caminhos têm sido trilhados na busca de uma nova perspectiva de educação, como traz o documento “Memória e Direitos Humanos (2010)”, que objetiva dar subsídios à formação para a democracia através dos sistemas educativos, permitindo a rememoração do passado e o respeito aos direitos humanos (SANTANDER, 2010). De acordo com este referencial, o ensino de valores éticos, libertários e não discriminatórios só alcança, de fato, o seu objetivo, se ensinados os processos e lutas dos sujeitos que se dedicaram a conquista-los.

Por esse motivo, a educação para os direitos humanos se aproxima de uma pedagogia emancipadora, pautada no conhecimento crítico e na participação popular, “com vistas à reinvenção do mundo, à reinvenção do poder” (FREIRE, 2001, p. 99). Sendo assim, compreende-se que a educação é a mais completa ferramenta para formação e transformação dos sujeitos e, por conseguinte, da sociedade.

Portanto, educar para a cidadania implica no despertar dos oprimidos, tornando-os seres de criticidade, que se opõem a toda e qualquer forma de injustiça, lutando pela garantia de uma vida digna para todos/todas (CARBONARI, 2009). Essa concepção converge para um dos objetivos centrais da educação em direitos humanos: a estabilização de uma sociedade justa, o que implica, sem opressão e oprimidos. Nessa percepção, o próximo tópico trata sobre os pontos centrais que devem constar em uma educação em direitos humanos, especialmente acerca dessa ferramenta como caminho de educação para a democracia.

2.2 Tópicos para educação em direitos humanos

O discurso da educação em direitos humanos permeou o debate em torno da redemocratização nacional pós-ditadura civil-militar. Assim, educar em direitos humanos

passou a significar a recuperação da memória e a projeção de um futuro baseado em ideais de liberdade e igualdade (SANTANDER, 2010). Isso ocorreu pelo fato de os anos ditatoriais no Brasil terem reprimido a liberdade individual e coletiva, desencadeando a tentativa de restauração da democracia em meio a essa ferida, e tornando necessário expor o que ocorreu e que era proibido relatar, sendo que esses fatos estavam na memória do povo.

Com isso, algumas propostas foram delineadas: o desenvolvimento de uma cultura de direitos humanos e a formação de sujeitos de direitos tornam-se preceitos indispensáveis a uma educação com vistas à mudança e à superação de preconceitos, discriminações, intolerâncias e privilégios (VIOLA, 2010). Entende-se que isso só foi possível dentro de um processo de redemocratização sendo a educação o principal espaço para o desenvolvimento das propostas descritas, inclusive, da formação de sujeitos de direitos.

Nesse contexto, a educação fundamentada em práticas educativas em direitos humanos deve proporcionar: a) condições para que cada ser humano se reconheça como um sujeito de direitos; b) a consciência de que direitos humanos são sinônimos de democracia; c) a compreensão de que a paz das sociedades só pode ser construída com justiça social; d) o entendimento de que a paz entre as nações pode garantir a emancipação e a igualdade de direito entre as nações (BRABO, 2014).

Pode-se arriscar dizer que não se deve dissociar nenhum dos tópicos, uma vez que ao se perceber como sujeito de direitos, o indivíduo exerce sua cidadania na perspectiva da construção e fortalecimento da democracia. Assim, em um Estado democrático deve prevalecer a justiça social, bem como, o respeito aos direitos das minorias, reconhecendo o seu poder e representatividade.

Todavia, de acordo com Candau (2008), a forma como a educação está organizada dificulta a consolidação de uma cultura escolar em direitos humanos. Segundo a autora, o currículo escolar ainda é pensado a partir de uma matriz conteudística e específica. Dessa forma, “a cultura escolar se encontra, muitas vezes, tão ‘engessada’, pensada de uma maneira tão rígida e monolítica, que dificilmente deixa espaço para que a cultura dos direitos humanos possa penetrá-la” e diferentes sujeitos e lutas sejam conhecidas (CANDAU, 2008, p. 404). Daí ser necessário pensar em uma prática pedagógica inter e transdisciplinar que dê margens para o professor trazer o viés da formação política enquanto trabalha os diversos conteúdos curriculares.

Nesse sentido, normas e políticas públicas que buscam fortalecer as práticas educativas em direitos humanos tem como desafio a superação deste panorama mencionado por Candau (2008). A nível nacional, algumas referências se destacam: as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos, de 30 de maio de 2012, e o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH), publicado pela primeira vez no ano 2003.

De acordo com o PNEDH, educar em direitos humanos equivale a um processo formativo que parte de ações sistemáticas e multidimensionais com vistas a construir um novo sujeito de direitos. Nesse contexto, valores como tolerância, solidariedade, justiça social, sustentabilidade, inclusão e pluralidade, são alguns dos elementos citados no PNEDH como essenciais à concepção de uma educação fundamentada em práticas humanísticas e à efetivação de uma cultura democrática.

O PNEDH resulta de uma articulação entre os poderes públicos, organismos internacionais, instituições de educação superior e a sociedade civil organizada que consideram a educação em direitos humanos como eixo formativo que visa a consolidação de um contexto de democracia.

Conforme o Plano, a educação em direitos humanos apresenta-se como espaço privilegiado de discussão e de conhecimentos, como os saberes e práticas historicamente construídas acerca dos direitos humanos e a afirmação de valores, atitudes e práticas sociais e políticas que expressem essa cultura em todos os espaços da sociedade, fazendo surgir uma consciência cidadã e política por meio da construção coletiva (BRASIL, 2003). Assim, novamente, ressalta-se o quão importante é os educadores reavaliarem sua prática pedagógica objetivando uma educação para os direitos humanos.

A partir desse contexto, torna-se possível vislumbrar uma nova concepção de educação e uma consciência política acerca da memória dos acontecimentos passados, desenvolvendo uma cultura educacional voltada à formação política e ao conhecimento das lutas sociais e protagonismo dos diferentes sujeitos históricos. A essas iniciativas nacionais, soma-se a mobilização dos organismos internacionais na promoção da educação em direitos humanos. A disposição da ONU em proclamar, em 21 de dezembro de 1994, a Década da Educação em Direitos Humanos abre espaço para a integração de práticas educativas humanísticas ao ensino formal.

De acordo com o documento, formar e divulgar o conhecimento é um modo de educar e de colaborar para a efetivação de uma cultura universal de direitos humanos, inculcando valores

como tolerância, equidade entre os sexos, liberdade entre os povos e preceitos democráticos e de cidadania (NAÇÕES UNIDAS, 1999). Nesse contexto, entende-se que a educação é, como afirmam Vieira e Lage (2012, p. 03) “uma arma política nos processos de transformação social”.

Para as autoras, os processos educativos não se limitam ao âmbito estritamente pedagógico, transcendendo os quadros e salas de aula¹⁰. Assim, a educação para além dos muros da escola pode, inclusive, contribuir para a formação política dos sujeitos por meio de práticas de luta e de resistência. Nesse sentido, destaca-se o caráter transformador da educação em sentido abrangente, capaz de empoderar os sujeitos para torna-los protagonistas de sua história, retirando-os de um lugar de subalternização na História.

Desse modo, tem-se que uma “educação pensada dentro de uma perspectiva que humaniza e que, a partir de um processo de conscientização fortalece as ações coletivas potencializando a luta dos movimentos sociais” (VIEIRA; LAGE, 2012, p. 03) se aproxima do conceito de educação assumido nos diversos documentos que defendem a sua efetivação para além dos muros da sala de aula.

Dentre estes documentos, destaca-se o Programa Mundial para a educação em Direitos Humanos¹¹, o qual parte de um conceito de educação em direitos humanos voltada para a promoção de valores e atitudes que favoreçam o respeito aos preceitos democráticos e de cidadania plena. Também as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos¹² (2012) reafirmam o compromisso do Estado em contribuir para a efetivação de práticas educativas humanísticas, com vistas a formar sujeitos conscientes de suas responsabilidades e direitos individuais e coletivos.

Nesse sentido, o resgate da memória política coletiva constitui um eixo determinante para efetivação desses preceitos. Ao conceber um paradigma educativo que seja caminho para a reparação histórica e afirmação de uma cultura democrática, a educação assume o seu papel de libertar e transformar os sujeitos. O trabalho de rememorar as diversas formas de violência cometidas contra a dignidade humana em processos autoritários faz parte da agenda da educação em direitos humanos. O conhecimento dos fatos passados é ponte para que tais injustiças não voltem a se repetir no futuro.

¹⁰ Em alusão ao título do texto citado.

¹² Fundamentada no Parecer CNE/CP nº 8/2012, as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos foram homologadas pelo Ministro de Estado da Educação e publicadas no Diário Oficial da União, em 30 de maio de 2012.

Se “quem esquece a História corre o perigo de repeti-la” (SANTANDER, 2010, p. 06), educar para a rememoração do passado histórico é a base sobre a qual tornar-se-á possível a solidificação da memória subterrânea (POLLAK, 1989). Nessa perspectiva, as políticas públicas que visam assegurar a educação em direitos humanos no cenário brasileiro têm como uma de suas principais metas alcançar a memória e a verdade sobre o período da ditadura civil-militar de 1964, de modo a realizar uma educação para a cidadania e para a democracia.

Essa ação é fruto de uma demanda dos movimentos sociais em garantir a educação para o nunca mais, fazendo emergir o modo como os diferentes sujeitos atuaram nas diversas frentes de resistência como forma de contribuir para a consolidação de um contexto de democracia, bem como, para a compreensão dos elementos que são essenciais a uma sociedade plena de cidadania.

Mediante todo exposto, o próximo tópico faz uma abordagem sobre a ligação entre movimentos sociais, processo de redemocratização brasileira e a participação de mulheres no enfrentamento ao estado de exceção no Brasil.

2.3 Gênero e Movimentos Sociais: uma breve discussão sobre o Movimento de Mulheres na ditadura civil-militar

O processo de redemocratização no Brasil trouxe em sua pauta tanto debates quanto ações na perspectiva de fazer-se conhecer os trajetos políticos dos sujeitos e das narrativas subalternas da História, tanto numa tentativa de busca por justiça, como também para a construção da memória coletiva como saída para o nunca mais. Nesse contexto, os movimentos sociais se mostraram como instrumentos chaves do processo.

Estes grupos surgem a partir da necessidade de organização da sociedade civil em reconhecer as lutas políticas dos diferentes sujeitos invisibilizados pela História oficial. Nesse sentido, Vieira e Lage (2012, p. 03) destacam que:

Refletir sobre os movimentos sociais, suas lutas e conquistas, implica em considerá-lo como fenômeno que historicamente é responsável por mudanças e avanços na sociedade. É compreender que as aspirações coletivas emergentes de contradições sociais e motivadas por uma utopia configuram uma importante arma na luta política que esses se comprometem.

Compreende-se, desse modo, o importante papel dos movimentos sociais enquanto espaços de aprendizagem construída e também da educação enquanto uma estratégia de

formação política, possibilitando despertar nos diferentes sujeitos a consciência política e de luta pela garantia de uma sociedade plena em cidadania e democracia.

Nesse contexto, a conquista dos direitos humanos emerge da militância dos movimentos sociais no período de redemocratização brasileira. A partir de então, “a história dos direitos humanos, a educação em direitos humanos e a educação para a democracia e para a cidadania se tornam processos complementares, ao mesmo tempo inter-relacionados e independentes” (BRABO, 2014, p. 209).

A violência do Estado para com os seus opositores despertou a necessidade de organização dos movimentos sociais pela luta a favor da vida e contra os atentados à dignidade humana. Nesse viés, a luta por direitos humanos foi assumida por diversos movimentos de organização popular, dentre os principais: Movimento Estudantil, Movimento Sindical, Movimentos da Igreja e o Movimento de Mulheres.

De fundamental importância neste período foi também o movimento de contracultura que trouxe uma abertura para as questões da sexualidade – favorecido pelo advento da pílula anticoncepcional – e uma maior participação nos diversos movimentos sociais, sendo assim, essa década marca uma ampla abertura à presença feminina nos espaços públicos.

O processo de expansão do mercado de trabalho e do sistema educacional, por exemplo, possibilitaram a entrada de mulheres nas universidades e nas fábricas, como também, houve uma maior participação feminina na política nacional (SARTI, 2004). Compreende-se esse período e seus acontecimentos como de grande relevância no que diz respeito às “transformações” históricas nos marcadores de gênero.

O enfrentamento feminino ao regime civil-militar ocasionou, ainda que de modo excludente, o surgimento de uma “nova história” das mulheres, mudando, de maneira radical, o mundo e o imaginário privado no qual as mesmas estavam enclausuradas.

Embora a elas se reservasse um lugar secundário, de colaboradora, companheira, a sua participação na luta armada, durante os anos em que vigorou o civil-militarismo brasileiro (1964 - 1985), esteve relacionada não apenas à contestação discursiva do regime totalitário da época, mas representou uma profunda ruptura dos padrões e valores sociais vigentes, sobretudo, com relação à representação do feminino (SARTI, 2004).

As mulheres que militaram nas organizações de esquerda romperam com a invisibilidade e (re)elaboraram normas, adentrando os espaços público e político, antes exclusivos ao masculino (COLLING, 2004), perfazendo a ideia de protagonismo. Na época ainda vigorava o padrão “mulher como esposa e mãe, divindade do santuário doméstico”

(PERROT, 2006, p. 179), por isso, estes sujeitos eram silenciados e limitados ao espaço privado do lar.

Sabe-se que o registro histórico da sociedade capitalista e paternalista, desfavoreceu o protagonismo feminino, contribuindo para a construção imagética da mulher submissa e pertencente ao lar. Daí ter o conhecimento de mulheres militando contra um regime ditatorial é ir de encontro a uma lógica estabelecida até então.

Embora a sua militância não estivesse relacionada de forma direta aos ideais feministas, que começam a ganhar força a partir da década de 1970 (COLLING, 1997; SARTI, 2004) a atuação e o comportamento reivindicatório da mulher militante contribuíram de maneira significativa para quebrar e (re)elaborar códigos, rompendo com a conduta determinada a mulher na época, na medida em que colocou em xeque valores e normas sociais, como a sua relação com o “espaço público”, no exercício de sua cidadania, bem como, com outras identificações até então a ela negadas, o que “transformou-se em um instrumento *sui generis* de emancipação” (GARCIA, 1997 apud SARTI, 2004) e de luta social.

As militantes eram taxadas de viver na promiscuidade, o que assinalava um processo de desmoralização da mulher militante, numa tentativa de conceitua-la como um sujeito político desviante. No que tange à quebra da feminilidade, as ‘transgressoras’ dos padrões femininos da época eram vistas como homens, traindo a sua ‘natureza’. “Esses limites da feminilidade foram determinados pelos homens” (COLLING, 1997, p. 02), como também, pelo imaginário de poder e de hierarquização social, exercidos pela repressão do regime.

Nesse sentido, durante o golpe civil-militar no Brasil, a ação política da mulher não acontece apenas contra a repressão, mas também é uma luta em objeção às desigualdades de gênero (COLLING, 1997). A sociedade ainda cobrava da mulher o comportamento padronizado de dona de casa ou de realizadora de tarefas classificadas na época como de mulher, como se essa fosse a única opção destinada ao gênero feminino. Sendo assim, aquelas que estivessem fora do padrão sofriam críticas envolvendo a prática de sua sexualidade, sendo acusadas de promíscuas ou de homossexuais, numa tentativa de ofensa.

Por outro lado, a luta feminista era subalternizada, sobretudo pelos seus opositores, e até mesmo pelos seus companheiros de militância.

As diversidades são entendidas como divisionistas da luta principal. Esse discurso anula as diferenças e constrói sujeitos políticos únicos, desconsiderando a presença feminina e enquadrando-a em categorias que a desqualificam, empurrando-a à invisibilidade como sujeito político (COLLING, 1997, p. 94).

A partir do momento que a mulher militante tinha sua participação no movimento de resistência à ditadura civil-militar avaliada por homens e até mesmo por outras mulheres,

sempre na condição que para ser militante precisava anular alguma característica inerente ao feminino, a condição de sujeito político dessa mulher era anulada.

Tendo em vista o domínio masculino nas organizações de esquerda, a mulher militante passou a negar-se enquanto sujeito capaz de ocupar espaços no movimento, “assexuando-se numa tentativa de igualar-se aos companheiros militantes” (COLLING, 1997, p. 68).

Entende-se por assexuar-se uma prática de romper com todos os comportamentos que remetem ao gênero feminino na sociedade ocidental: o cuidado com o corpo, o modo de se vestir e o uso de adereços e maquiagem. Na sociedade machista que tem a mulher como objeto sexual, a tentativa de uma militante assexuar-se não implicava em assumir um aspecto masculinizado, mas, sobretudo, para mostrar à sociedade que os ideais políticos eram mais importantes do que determinados comportamentos femininos.

Do mesmo modo, para os órgãos repressores, a participação feminina na luta armada significava se insurgir contra as leis e o código social vigente, tendo como propósito o “interesse em manter relações com vários homens ou uma condição sexual “não adequada”, o lesbianismo” (MEDEIROS et al, 2005, p. 03). Novamente a questão da vivência da sexualidade era colocada à prova, como se isso fosse importante para o movimento de resistência, ficando sempre a análise duvidosa em relação à militante: ou era tida como homossexual ou como promíscua, sempre numa perspectiva denegrante.

Por conseguinte, as questões feministas específicas, como o direito ao aborto e ao planejamento familiar, foram diluídas na luta maior e os assuntos referentes à sexualidade discutidos apenas a nível privado (SARTI, 2004). Deve-se ressaltar que enquanto as mulheres se engajavam na luta contra a ditadura civil-militar no Brasil, o movimento feminista ganhava força no Ocidente e uma pauta de reivindicações era discutida em outros países, mas no Brasil, essa pauta era ofuscada pela militância política, tida como mais importante no momento.

Assim, a mulher que lutou pelo restabelecimento da democracia, não teve, entretanto, suas pautas incorporadas na contestação do regime atuante na época (TELES, 1999).

O período de repressão relegou as questões de gênero à marginalidade, à vadiagem, ao desviante. A mulher – e, de modo mais forte, àquela tida enquanto fora dos padrões, promíscua, prostituta – foi, foucautianamente, vigiada e punida (CARDOSO, 2014, p. 06).

Essa condição da mulher que demonstrasse força ser punida com a classificação de ter uma vivência de sua sexualidade como algo aberrante por estar fora dos padrões convencionais, era resultado direto do pensamento de uma cultura paternalista e machista e Cardoso só reforça o que Colling (1997), Medeiros et al (2005) e Sarti (2004) também expõem, fazendo referências aos estudos de Foucault sobre o vício que a sociedade tem de vigiar e punir.

A posição de subalternidade feminista nos movimentos de luta contra o regime de exceção no Brasil resulta de um processo que mantém as mulheres como objetos do poder masculino (PERROT, 2006). A invisibilidade ou secundarização no processo histórico de que a mulher foi – e ainda é – vítima, decorre, principalmente, da “lógica de poder masculina, da diferenciação biológica, dos marcadores sociais e históricos do patriarcado e, principalmente, da violência civil-masculino-militar na ampla e irrestrita (re)produção da subordinação feminina na sociedade (CARDOSO, 2014, p. 14)”.

Não obstante, mesmo com o engajamento feminino na militância política, permanece o viés de uma sociedade que por milhares de anos manteve a mulher como sujeito de classe inferior, algo enraizado na cultura da humanidade que não é possível de se dissolvido em pouco tempo.

Nesse sentido, tanto os processos de luta quanto a narrativa oficial contribuem para o processo de exclusão e subalternização da mulher na memória oficial. Descrita pela História como eterna Penélope, heroína de romances ou musa idealizada pelos homens (PERROT, 2006), o arquétipo da figura feminina como símbolo da passividade, da fragilidade e do silêncio permeia até hoje o imaginário social acerca da resistência e protagonismo frente ao regime civil-militar brasileiro.

Na perspectiva de romper com essa concepção, esta pesquisa traz o depoimento de duas mulheres que militaram nos movimentos de resistência à ditadura civil-militar no Agreste de Pernambuco, ao mesmo tempo que faz uso da memória e da educação para os direitos humanos como instrumento de resgate das suas vivências no que tange ao eixo da formação política.

A partir dessa ideia, pretende-se rearticular o discurso destes sujeitos subalternizados pela História, de modo a subsidiar a construção da memória coletiva como um vetor da educação em direitos humanos, assumindo o reconhecimento de suas trajetórias políticas como fundamental à rememoração do passado, com vistas a uma educação que humaniza e torna os sujeitos protagonistas da sua história.

3 PERCURSO TEÓRICO METODOLÓGICO

Esta seção apresenta o trajeto metodológico assumido na presente pesquisa. Nesse sentido, destaca-se os métodos e tipo de abordagem utilizados, bem como, as técnicas aplicadas para coletar e analisar os dados. Esclarece-se também a delimitação e o local em que o estudo foi realizado, assim como as fontes de informação (sujeitos da pesquisa) utilizadas.

3.1 Método e tipo de abordagem

A fim de melhor atender os objetivos propostos, tomou-se como referência a pesquisa em sua abordagem qualitativa (MINAYO, 2008), pois considera-se que através desse enfoque tornar-se-á possível compreender e descrever, de modo mais aprofundado, a problemática assumida no referente estudo.

Fez-se uso da pesquisa em seu caráter qualitativo por considerar-se ser a abordagem mais alinhada a problemática assumida, haja vista que esta pesquisa não busca explorar dados quantitativos ou estatísticos, mas parte de um viés subjetivo ao analisar a realidade, neste caso, as narrativas de mulheres que militaram durante o período da ditadura civil-militar no Agreste de Pernambuco.

Nesse sentido, optou-se pela referida abordagem pelo fato de a mesma priorizar “a diversidade de discursos, sentidos e sentimentos inéditos dos sujeitos de pesquisa em seus lugares de atuação” (LAGE, 2013, p. 50), possibilitando um encontro entre investigador e as subjetividades que afloram durante este processo. Assim, buscou-se priorizar os processos e os significados (MARCONI; LAKATOS, 2011) acerca do objeto de estudo ao qual nos propomos analisar, a fim de compreender melhor o fenômeno em questão.

Dessa forma, fez-se uso do “Método do Caso Alargado”, advindo da antropologia cultural e social, como alternativa metodológica desta pesquisa. Teorizado pelo sociólogo Boaventura de Souza Santos (1983), este método torna possível apontar detalhes da realidade estudada e alargar os dados, mostrando as especificidades do fenômeno em questão. Nesse sentido, “em vez de reduzir os casos às variáveis que os normalizam e tornam mecanicamente semelhantes, procura analisar, com o máximo de detalhe descritivo, a complexidade do caso, com vista a captar o que há nele de diferente ou de único (SANTOS, 1983, p. 11).

Nessa perspectiva, para alcançar uma reflexão alargada das trajetórias políticas de mulheres durante o período civil-militar no Brasil, delimitou-se o campo da pesquisa, tendo em vista que os processos de luta contra o regime ditatorial de 1964 se deram nos diferentes estados brasileiros e nos diversos setores da sociedade. Portanto, optou-se por pesquisar essas narrativas políticas a partir de mulheres que militaram nos movimentos de oposição a esse período no Agreste de Pernambuco.

Sendo assim, através do alargamento do caso estudado, tornou-se possível contemplar aspectos mais amplos da temática, assim, relacionando a reconstituição desses discursos políticos como uma possibilidade de educar para os direitos humanos. Desse modo, Lage (2009), ao tecer caminhos para a pesquisa qualitativa em educação e movimentos sociais, descreve que o método do caso alargado permite extrair conclusões mais aprofundadas acerca da investigação pretendida, ampliando o olhar do pesquisador, bem como, o universo dos resultados da pesquisa.

3.2 Tipo de estudo

Quanto às tipologias, fez-se uso da pesquisa bibliográfica e exploratória. *A priori*, o estudo foi conduzido por meio da revisão bibliográfica acerca do objeto de estudo, tendo em vista que buscou-se conhecer e se embasar dos aportes teóricos que se aproximam da investigação pretendida. Assim, considerando o seu caráter teórico, elegeu-se o estudo bibliográfico como parte desta pesquisa, pois é por meio dele que fundamentou-se o conhecimento a partir da produção científica existente (CERVO; BERVIAN, 1983).

O enfoque desta pesquisa se deu a partir de uma perspectiva exploratória, à medida que esta aproxima o pesquisador da problemática do estudo e possibilita que o mesmo adquira, de modo preliminar, informações e dados que irão contribuir para que o problema se torne explícito e/ou para construir hipóteses sobre o mesmo (GIL, 2012).

Em síntese, a pesquisa exploratória implica em conhecer de modo mais aprofundado um fenômeno/assunto pouco explorado, assim, permite ao pesquisador delimitar melhor o tema ao qual pretende pesquisar. Para Raupp e Beuren,

Uma característica interessante da pesquisa exploratória consiste no aprofundamento de conceitos preliminares sobre determinada temática não contemplada de modo satisfatório anteriormente. Assim, contribui para o esclarecimento de questões superficialmente abordadas sobre o assunto (RAUPP; BEUREN, 2003, p. 80).

Assim, a partir dos principais fundamentos dessa abordagem – levantamento bibliográfico; entrevistas com sujeitos que vivenciaram o fenômeno pesquisado; e análise das experiências que permitem assimilar a problemática em questão (GIL, 2007) – tornou-se possível discutir de modo aprofundado a problemática assumida no referido estudo, a qual pretende compreender as contribuições da reconstrução da trajetória política de mulheres durante a ditadura civil-militar no Agreste de Pernambuco para a educação em direitos humanos.

3.3 Delimitação e local da pesquisa

Esta pesquisa está delimitada ao Agreste de Pernambuco, pela ausência de estudos que se comprometam a contar a história de mulheres que participaram do combate à ditadura civil-militar nesta região. Para a realização da presente investigação, contou-se com o apoio do Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste (MMTR-NE), em Caruaru-PE, que foi a porta de entrada para se encontrar os sujeitos da pesquisa, apresentados no tópico a seguir.

Os dados referentes a Pernambuco, à época do golpe civil-militar, dão conta de que o estado se constituía como um dos centros de resistência ao regime e, por isso, também um dos grandes alvos da repressão (FREMBERG, 2015). Entretanto, ainda hoje, persiste o não reconhecimento da história oficial acerca das histórias de luta e confrontos ocorridos no estado, sobretudo no que tange a participação das mulheres.

Foi também nesse cenário de (in)visibilidade que se deu a luta das mulheres contra a ditadura civil-militar no Agreste de Pernambuco. Entretanto, os poucos estudos que dão conta de (re)construir a história deste período, a exemplo de Cavalcante (2015) e Lira (2011), se referem aos militantes como seres genéricos, por vezes, ou trazem histórias e relatos estritamente masculinos.

Portanto, a fim de trabalhar as interseções entre educação em direitos humanos e reconstrução da memória coletiva sobre o nunca mais, delimitou-se a pesquisa a este universo, partindo da história oral de mulheres invisibilizadas pela história oficial da ditadura civil-militar em Pernambuco, como forma de ter uma indução sobre o contexto mais amplo.

3.4 Fonte de informação

A escolha dos sujeitos da pesquisa foi baseada na proximidade destes com os elementos que compõem o foco do estudo, a saber, mulheres que participaram da militância contra a ditadura civil-militar no Agreste de Pernambuco. Nesse sentido, aprofundou-se duas narrativas que atendem aos aspectos relevantes para a realização do estudo.

Desse modo, encontrou-se com as militantes em sua residência e no MMTR-NE. As entrevistas aconteceram no dia 25/08/2014 e em 13/09/2016, com duração de, em média, uma hora e 20 minutos. A distância entre as entrevistas se deu pelo fato de esta pesquisa ser a continuação de um estudo sobre Protagonismo e resistência feminina à ditadura civil-militar no Agreste de Pernambuco, iniciada no ano de 2014.

Teve-se o cuidado em registrar em diários de campo todas as percepções e sentimentos que emergiram na pesquisa. Assim, fez-se algumas anotações no cenário da investigação e também posteriormente. Não obstante, optou-se por colher as entrevistas das duas militantes por meio do recurso da gravação.

Por isso, a coleta de aceite das entrevistadas se deu também conforme meio oral, levando em consideração a Resolução nº 510, de 07 de abril de 2016, que trata dos preceitos éticos que devem reger as pesquisas no âmbito das ciências humanas e sociais ou pesquisas com metodologias próprias. Perfazendo os incisos do Art. 2º da referida resolução, são registros de consentimento ou do assentimento dos entrevistados:

Documento em qualquer meio, formato ou mídia, como papel, áudio, filmagem, mídia eletrônica e digital, que registra a concessão de consentimento ou de assentimento livre e esclarecido, sendo a forma de registro escolhida a partir das características individuais, sociais, linguísticas, econômicas e culturais do participante da pesquisa e em razão das abordagens metodológicas aplicadas (CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE, 2016).

De início, pensou-se em um roteiro de perguntas previamente elaboradas (ver apêndice 1), porém, ao longo da entrevista, voltou-se a um diálogo e, por escolha das militantes, procedeu-se a um relato livre de sua militância e histórias de vida. Por isso, algumas respostas foram mais específicas que outras.

3.5 Técnica de coleta de dados

Como técnica de coleta de dados, utilizou-se a História de Vida, uma variante da metodologia da História Oral, por acreditar-se ser esta a mais indicada ferramenta para pesquisar a história de vida das mulheres entrevistadas, pois ao considerar a fala daqueles(as) que fizeram a história, se valoriza a história das pessoas comuns, o que Thompson vai chamar de a “História vista por baixo” (THOMPSON, 1995).

Assim sendo, a História de Vida surge como um dos três tipos de abordagens da História Oral que ainda compreende a História Temática e a Entrevista (MEYHI, 2005).

Essa dimensão interessa a presente pesquisa por ser, na análise de Meihy (2005), muito mais subjetiva que objetiva, pois nela relatam-se experiências vivenciadas por pessoas comuns, humildes e excluídas. Na História de Vida do sujeito, o pesquisador busca em seu trabalho encontrar um ponto em comum entre a experiência histórica do entrevistado e a História Social.

Portanto, no presente estudo, o método de História de Vida se coloca como ideal para a realização dos objetivos pretendidos na pesquisa, tendo em vista que, “as histórias de vida tanto organizam e refazem trajetórias pessoais e sociais à luz e sob o impulso de projetos de identidade (“saber ser”) como (re)elaboram representações das condições de vida que os sujeitos sociais experimentaram na sua diversidade afetiva e emocional (“saber”)” (ESTEVEZ, 1998, p. 43).

Buscou-se em suas falas não apenas compreender os aspectos referentes à sua formação política, mas ao revisitar suas memórias, apresentar elementos que permitam estabelecer um paralelo entre a (re)construção da memória coletiva e educação para os direitos humanos.

3.6 Análise e Sistematização

Enquanto exercício de análise e sistematização dos dados, será utilizada a técnica de Análise de Conteúdo. Desse modo, foi levado em consideração que, a partir desta ferramenta torna-se possível compreender e interpretar melhor as narrativas dos sujeitos entrevistados, assim como facilita o entendimento dos sentidos e significados das ações e das respostas adquiridas por meio de entrevistas com os sujeitos pesquisados.

A análise de conteúdo é uma técnica de tratamento de informações. Como técnica pode ser utilizada em vários tipos de pesquisa e servir igualmente os diferentes níveis de investigação

empírica tanto as ciências humanas quanto as ciências sociais. Nesse sentido, Amado (2013, p. 300), define a Análise de Conteúdo como uma técnica:

Central, básica, mas metódica e exigente, ao dispor das mais diversas orientações analíticas e interpretativas, cuja diferenciação depende, sobretudo, daquilo que se procura em especial, ou, ainda, dos conteúdos que são privilegiados na análise entre muitos outros disponíveis no acervo de dados.

Ou seja, é necessário seguir um método, interpretando o texto, inclusive suposições subliminares, a partir de pressupostos teóricos, porém, o resultado alcançado estará de acordo com um contexto histórico do período de produção da pesquisa.

Buscando ressaltar a finalidade da Análise de Conteúdo, Vala (1986) resalta que “esta técnica busca fazer inferências, com base numa lógica explicitada, sobre as mensagens cujas características foram inventariadas e sistematizadas” (VALA, 1986, p. 104). Assim, o ponto de partida deste método de análise é a comunicação e as inferências são essenciais para que se efetive o método. As inferências ocorrem obedecendo a uma lógica, construindo proposições a partir de outras hipóteses tidas como verdadeiras.

Nesse sentido, as categorias analíticas foram eleitas conforme o material coletado a partir das entrevistas com as mulheres militantes, assim distribuídas em: protagonismo feminino; as representações da mulher na ditadura civil-militar brasileira; e formação política.

4 REMEMORAR PARA FORMAR: O TRAJETO POLÍTICO DE MULHERES MILITANTES COMO EIXO À EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS

Pretende-se, a partir desse ponto da pesquisa, identificar como as categorias analíticas emergem das falas das militantes Elizete e Edileuza, destacando as intersecções de suas “histórias” em relação aos contornos do presente estudo. Nesse sentido, a análise dos dados foi sistematizada a partir das seguintes categorias:

a) Primeira categoria analítica - Protagonismo feminino:

Abordar o protagonismo feminino no Brasil remete, inicialmente, a todos os fatos históricos que contou com a participação das mulheres, seja, por exemplo, sobre as Heroínas de Tejucupapo, na batalha de resistência e expulsão dos holandeses no século XVII – o primeiro registro histórico de mulheres atuando em conflitos armados no Brasil (LYRA, 2011) – a outros eventos nos dias atuais, como as recentes manifestações de protestos a medidas adotadas pelo governo Temer.

A grosso modo, pode-se afirmar que o protagonismo feminino na história universal, encontra-se em movimentos com o objetivo de romper com os múltiplos processos onde encontram-se preconceitos e discriminação contra as mulheres e demais minorias, inclusive contra a subalternização:

As mulheres reconhecem que não bastam serem produtoras, trabalhadoras; é preciso serem reconhecidas como tal. [...] ao participar do campo político elas percebem que é preciso entrar no jogo, e jogar é tratar com o imprevisível, o novo e o desconhecido (SALES, 2007, p. 439).

Nesse sentido, o protagonismo feminino tem um viés político e em sintonia com os direitos humanos. Basta ter como exemplo, o feminismo que não prega apenas o empoderamento da mulher, mas defende causas de gênero que perpassam questões relacionadas ao corpo e igualdade com os homens. No Brasil, essa conotação política fica mais evidente, pois o feminismo se fortalece na década de 1970, época de repressão imposta pelo regime civil-militar no Brasil (PINTO, 2010).

Assim, nesta pesquisa, analisa-se as formas de protagonismo que estão envolvidas nas experiências de mulheres que militaram nos movimentos de resistência à ditadura civil-militar no Agreste de Pernambuco, de modo a perceber os elementos que constroem a relação entre a trajetória política dessas militantes e o protagonismo de suas lutas.

b) Segunda Categoria Analítica – As representações da mulher na ditadura civil-militar:

Para dar prosseguimento a essa discussão, discorre-se sobre as representações da mulher nos movimentos de oposição ao regime civil-militar como ponte para compreender e reconstruir as narrativas a que se pretende estudar.

Assim, discutir a participação da mulher no processo de resistência à ditadura civil-militar no Brasil (1964 a 1985) traz ao debate não apenas a condição de indivíduos militantes contra um regime ditatorial embasados em ideologias marxistas e demais correntes de esquerda, mas também, questões de gênero que acabam afetando diretamente os direitos humanos.

A participação feminina nas organizações de militância política e luta armada, no Brasil dos anos 1960 e 1970, pode ser tomada como um indicador das “rupturas iniciais” que estavam ocorrendo no que era designado, à época, como próprio das mulheres, colocando em questão a tradicional hierarquia de gênero (GIARDINOLI-NASCIMENTO, TRINDADE; SANTOS, 2007, p. 360).

Na década de 60 o feminismo ganhava força na Europa e América do Norte e nos anos 70 chegava ao Brasil (SILVA; CAMURÇA, 2010). Este movimento, no Brasil, tinha uma postura evidente contra a repressão civil-militar e assim, diversos temas do interesse feminino tinham seus debates divididos entre a militância e os demais movimentos que buscavam garantir os direitos humanos das mulheres.

Mulheres lutaram, de diversas formas, na resistência aos governos ditatoriais, foram presas e sofreram torturas, inclusive entre os 379 mortos ou desaparecidos por autoridades dos governos militares apresentados no site desaparecidospolíticos.org.br¹³, 40 são mulheres. Os relatos daquelas que sofreram tortura, tem histórias de abusos sexuais, evidenciando o sexismo que permeia a história das mulheres militantes, ora acusadas de masculinizadas, ora de promíscuas, ora de assexualizadas (COLLING, 1997).

Nesse viés, aqui serão analisados os contornos da participação feminista na luta contra o civil militarismo na região Agreste de Pernambuco, como forma de mostrar não apenas as dificuldades enfrentadas pelas militantes, mas principalmente, de reconhecer suas lutas e trajetórias políticas.

¹³ O site é organizado pelo Centro de Documentação Eremias Delizoicov e a Comissão de Familiares dos Mortos e Desaparecidos Políticos.

c) Terceira Categoria Analítica - Formação Política:

Quando se trata de formação política, deve-se ter em mente sobre qual tipo de formação política é abordada e, portanto, de formação política de quem e para que atuação. Considerando a temática abordada nessa pesquisa, dirigiu-se o debate para a formação política da mulher enquanto sujeito de direitos políticos.

Compreende-se por sujeito de direitos políticos o indivíduo que tem o pleno exercício de sua cidadania, sendo assim, na concepção de Marshall (2002, apud MONTEIRO; CASTRO, 2008), construída da Inglaterra do final do século XIX, isso significa ter acesso aos direitos civil, político e social. Entretanto, a história das mulheres para garantir acesso a esses direitos é ilustrada por conflitos permeados por questões ideológicas e de gênero.

Por outro lado, sabe-se que a história foi escrita pela ótica da classe dominante, constituída, em sua quase total maioria, por homens, porém, as mulheres sempre estiveram atuando em diversos movimentos, inclusive em defesa de direitos humanos, seja como operárias ou militantes do feminismo, por exemplo (AUAD; GOMES, 2013; COELHO; BAPTISTA, 2009; SARTI, 2001). Dessa forma, pode-se afirmar que mesmo a mulher que não teve o acesso ao estudo de pensadores políticos foi capaz de atuar em defesa de direitos para a sociedade como um todo.

Aqui serão analisados os principais aspectos da militância feminista em oposição à ditadura civil-militar como um espaço de formação política da mulher, de modo a identificar esses trajetos políticos para, então, compreender a importância dessa formação como um eixo da educação em direitos humanos.

4.1 O caso das militantes Elizete Silva e Edileuza Portela

O estudo da memória social – e oficial – brasileira passou, há pouco tempo, a reconstruir o período da ditadura civil-militar (1964 - 1985) a partir do eixo “memória” e dos direitos humanos (ZENAIDE, 2010). Depoimentos de integrantes do processo de resistência a esse regime de exceção são hoje, caminho ao “nunca mais”. A violência, o totalitarismo e a inexistência de políticas de memória e verdade são fatores que contribuíram para que os sujeitos da história do Brasil não pudessem contar suas histórias e, neste contexto, a mulher militante

conta com poucos registros históricos sobre sua atuação política (GIANORDOLI-NASCIMENTO et al, 2007).

No final dos anos 60 e início dos anos 70, a juventude revolucionária contava com jovens entre 14 e 24 anos de idade e seu propósito ia além de derrubar o regime ditatorial, consistindo em tornar mais igualitárias as relações sociais e revolucionar os costumes (ABREU apud GIANORDOLI-NASCIMENTO et al, 2007).

Na perspectiva de fazer-se conhecer melhor a trajetória política das militantes Elizete Maria da Silva e Edileuza Dias Portela, apresenta-se a seguir um breve relato de suas histórias de vida e, posteriormente, analisa-se as suas falas com foco nas categorias de análise evidenciadas anteriormente.

4.1.1 Militante Elizete Maria da Silva

Nascida em Pombos-PE, em 27/09/1952, Elizete Silva, mulher negra, solteira, católica, residia no meio rural e começou a militar no ano de 1972, aos 20 anos de idade, nos chamados “anos de chumbo” do civil-militarismo.

Desde jovem mostrava preocupação com as desigualdades sociais. Fazia parte de um grupo de jovens da igreja, no qual “o objetivo do grupo não era só de rezar, mas a gente já tinha uma visão de cobrar políticas públicas dentro do município” (ELIZETE MARIA DA SILVA, diário de campo: 06/11/2014). A partir desse grupo, Elizete foi convidada pelo seminarista Domingos Coccioni a militar na capital Recife em um movimento de esquerda.

Solteira, cursava o segundo grau quando abandonou os estudos em virtude da militância, engajando-se nas atividades da organização. Em 1978, quando companheiros de militância - entre eles o líder do movimento, Cajá¹⁴ - foram presos pelas forças da repressão, a perseguição em busca da militante se intensificou.

Na época, policiais federais estiveram na igreja onde aconteciam as reuniões do grupo à procura da militante, porém, como seu verdadeiro nome era desconhecido, não lograram êxito

¹⁴ Edival Nunes da Silva Cajá (dirigente do PCR), sequestrado já na fase de “abertura política” (1979) pela Polícia Federal, em que foi torturado física e psicologicamente, mas salvo pela mobilização internacional da Igreja Católica, por iniciativa de Dom Helder Câmara, e pelas manifestações de rua e greves estudantis em Pernambuco. Cajá é natural de Bonito de Santa Fé (PB) e fora seminarista em Cajazeiras, depois aluno do Colégio Estadual, até mudar-se para o Recife, em 1972. Disponível em: <http://averdade.org.br/2015/10/fatos-e-efeitos-da-ditadura-militar-no-estado-da-paraiba/>. Acesso em: 21/12/2016.

em encontrá-la. Fugindo da repressão política, Elizete foi deslocada para a militância clandestina no Recife e, por intermédio do sacristão da igreja, ficou escondida em um pensionato mantido por freiras. Nesse local, a militante trabalhava na limpeza em troca de um lugar para dormir e se alimentar.

De forma clandestina, Elizete continuou a participar das reuniões e ações do movimento de esquerda. Porém, dois meses depois, agentes de segurança descobriram sua localização; e um cerco foi montado por policiais que alvejaram o pensionato. A militante conseguiu fugir e se escondeu, temporariamente, na igreja Rosário dos Pretos. Posteriormente, foi deslocada para outra igreja próxima ao Forte de Cinco Pontas¹⁵.

Eu estava no terraço do pensionato, mais ou menos umas 11:30 horas da noite, fazendo algumas tarefas, já indo para a cozinha, aí quando eu menos esperei foi bala, muita bala, acho que deu mais ou menos uns 15 tiros, eu caí no chão e saí me arrastando para a cozinha, lá tinha uma escadinha que subia para o primeiro andar, e aí eu fiquei lá (ELIZETE MARIA DA SILVA, diário de campo: 06/11/2014).

Elizete seguiu para São Paulo com a ajuda do padre Olivério Medina¹⁶. Permaneceu por mais três anos na clandestinidade, militando em Comunidades Eclesiais de Base (CEB)¹⁷ localizadas nas periferias da capital paulista, com a proteção do padre Rubens¹⁸. Sob perseguição de agentes da repressão, a militante ficou escondida na casa do arcebispo Dom Paulo Evaristo Arns¹⁹.

Em 1981, com a abertura política e a Lei da anistia aprovada, Elizete retornou a Pombos e passou a militar pelo Movimento Sindical. Fundou o primeiro Sindicato dos Trabalhadores Rurais da cidade, no qual exerceu a função de presidente até o ano de 2001. Atualmente, é diretora do MMTR-NE no estado de Pernambuco e coordenadora do Centro de Mulheres de Pombos.

¹⁵ Ambas as igrejas localizadas em Recife.

¹⁶ Francisco Antonio Cadena Collazos.

¹⁷ Criadas em meados da década de 1960, as CEB's eram importantes movimentos de oposição à ditadura civil-militar brasileira. Iniciativa pertencente à Igreja Católica, eram veículos de denúncia às diversas violações aos direitos humanos ocorridas na época.

¹⁸ Missionário bastante atuante nas questões sociais e políticas e próximo a Dom Paulo Evaristo Arns.

¹⁹ Dom Paulo Evaristo Arns (1921 – 2016) foi um dos principais líderes da Igreja Católica, destacando-se pela defesa dos direitos humanos na época da ditadura civil-militar, intercedendo pelos presos políticos junto às autoridades nacionais e internacionais.

4.1.1.1 Análise das categorias

Pode-se observar os aspectos referentes a cada categoria de análise a partir do quadro síntese apresentado abaixo, no qual as narrativas das mulheres militantes são confrontadas à luz das teorias eleitas no referido estudo, para assim, conceber novos saberes e conhecimentos.

Quadro 1 – Quadro Síntese: Elizete Silva

CATEGORIA	DIÁLOGO COM OS TEÓRICOS	DIÁLOGO COM AS ENTREVISTADAS	SÍNTESE
<p>Protagonismo feminino</p>	<p>O Estado brasileiro e seus aparelhos de repressão viam as mulheres como tolas, bobas, incapazes de se incorporar à luta política naquele momento. Esse preconceito acabou por fazer com que elas pudessem transitar mais facilmente na cena política, atuando na transmissão de informações e absorvendo tarefas que os homens tinham mais dificuldade de realizar (MERLINO; OJEDA, 2010, p. 16).</p> <p>“ideia de despersonalização do gênero feminino” (CARDOSO, 2014, p. 15).</p> <p>As militantes passaram a negar a sua condição de mulher, na expectativa de eliminar as diferenças entre os gêneros e se igualarem aos demais companheiros (COLLING, 1997, p. 09).</p>	<p>Eu passava despercebida justamente pelo fato de ser mulher, porque eles não nos enxergavam enquanto sujeitos políticos, capazes de lutar ao lado dos homens, tão fortes quanto eles. Os soldados olhavam para mim, mas no sentido do desejo, sabe? Eles estavam preocupados em olhar mais para minhas pernas, do que me ver como uma militante (ELIZETE MARIA DA SILVA, diário de campo: 06/11/2014).</p> <p>[...] eu tive que incorporar uma postura de homem. Eu comecei a andar armada, a agir diferente, as pessoas que me diziam coisas que eu não gostava eu chamava para resolver na bala, na faca, comecei a ter uma postura de homem [...] A sociedade de Pombos me fez viver mais de (dez) anos como um homem (ELIZETE MARIA DA SILVA, diário de campo: 06/11/2014).</p> <p>Eu passei mais de oito anos me vestindo igual a eles e tendo a mesma atitude deles, dando gritos e mandando, dando ordens, que eu tinha força e autoridade, isso foi, de certa maneira, uma forma de dizer a eles que o que eles sabiam fazer eu também fazia (ELIZETE MARIA DA SILVA, diário de campo: 06/11/2014).</p>	<p>A luta da mulher que militou nos movimentos de oposição à ditadura civil-militar brasileira abarcava apenas as pautas referentes à contestação do sistema, alimentando-se da luta “no masculino” como alternativa a incutir em meio a essas questões um modelo de agir e de ver a democracia a partir do feminino.</p>

<p>As representações da mulher na ditadura civil-militar</p>	<p>A luta política maior nesse período focava a construção de uma sociedade mais justa e isso, por sua vez, diluía as relações e as questões de gênero no combate político e geral (COLLING, 1997, p. 13).</p> <p>A condição feminina foi reduzida à figura daquelas que se portavam e se auto atestavam como cidadãs, desempenhando o seu papel de mãe, esposa e mulher do lar (CARDOSO, 2014, p. 08).</p>	<p>As mulheres daquela época não eram vistas como mulher, como sujeito, eram vistas como mãe, como dona de casa, como esposa, como companheira, como amante, era só para criar filhos e servir ao homem do jeito que ele quisesse e entendesse (ELIZETE MARIA DA SILVA, diário de campo: 06/11/2014).</p> <p>Éramos mulheres decoradoras, a gente nunca serviu para nada a não ser para lavar, passar, cozinhar e servir ao homem na mesa e na cama. E não podia falar muito (ELIZETE MARIA DA SILVA, 2014, diário de campo: 06/11/2014).</p>	<p>O imaginário da repressão construiu coletivamente e dentro dos grupos de resistência a imagem da mulher enquanto elemento mais fraco na luta contra o regime. O pouco reconhecimento na época – e na história – descaracterizam-na como agente político, mostrando apenas suas imagens de “mãe”, “esposa”, “do lar”.</p> <p>O patriarcado se dava como um aparelho de distanciamento feminino da luta contra o regime civil-militar de 1964.</p>
<p>Formação Política</p>	<p>A atuação política da mulher junto aos partidos de esquerda significava romper com padrões sociais e de gênero impostos na época. “Ser militante era sinônimo de ser transgressora, manchando, assim, a identidade da mulher: mãe-esposa” (CRUZ, 2013, p. 30).</p>	<p>Sempre tive minha sexualidade discutida na boca do povo. Quando eu estava solteira, era chamada de prostituta, quando me casei e depois separei, passei a ser chamada de ‘sapatão’. Me chamavam assim porque diziam que o motivo de eu ter me separado era esse, porque eu não gostava de homem e pelo fato de que quando eu era militante, andava com vestimentas masculinas, de bota, chapéu, cabelo preso (ELIZETE MARIA DA SILVA, diário de campo: 06/11/2014).</p> <p>O controle e a vigília dos pais ou irmãos sobre as moças estava ligado à preservação de sua “honra” ou virgindade, já que eram consideradas como frágeis e influenciáveis (BIASOLI-ALVES, 2013, p. 135).</p>	<p>A cidadania e, por conseguinte, a atuação política feminina só poderia ser “exercida” por aquelas que guardassem sua imagem de mulher pura. Nesse sentido, manter a condição de pureza e feminilidade era uma estratégia de engajamento político</p>

FONTE: A autora (2017)

Em relação à **categoria de análise Protagonismo Feminino**, foi analisado a partir das falas da militante que o enfrentamento da mulher à ditadura civil-militar brasileira abarcava

apenas as pautas referentes à contestação do sistema, alimentando-se da luta “no masculino” como alternativa a incutir em meio a essas questões um modelo de agir e de ver a democracia a partir do feminino.

Nesse contexto, Elizete narra que “na época era só a discussão da derrocada do sistema ditatorial militar, buscando uma democracia onde todo mundo pudesse participar das decisões e do poder” (ELIZETE MARIA DA SILVA, diário de campo: 06/11/2014).

Importante destacar que o fato de não serem vistas pela repressão enquanto sujeitos capazes de se incorporar à luta política facilitou a execução da militância feminina nas organizações de combate à ditadura civil-militar.

O Estado brasileiro e seus aparelhos de repressão viam as mulheres como **tolas, bobas, incapazes de se incorporar à luta política** naquele momento. Esse preconceito acabou por fazer com que elas pudessem transitar mais facilmente na cena política, atuando na transmissão de informações e absorvendo tarefas que os homens tinham mais dificuldade de realizar (MERLINO; OJEDA, 2010, p.16) [grifo nosso].

Sobre isso, em seu relato, Elizete descreve que não chamava a atenção dos agentes repressivos, justamente, pelo fato de ser mulher, haja vista que não a enxergavam enquanto sujeito político, capaz de lutar ao lado dos homens. Não obstante, ela narra que era vista enquanto objeto de erotização pelos mesmos aparelhos de repressão.

Eu passava despercebida justamente pelo fato de ser mulher, porque eles não nos enxergavam enquanto sujeitos políticos, capazes de lutar ao lado dos homens, tão fortes quanto eles. Os soldados olhavam para mim, mas no sentido do desejo, sabe? Eles estavam preocupados em olhar mais para minhas pernas, do que me ver como uma militante (ELIZETE MARIA DA SILVA, diário de campo: 06/11/2014).

Em suma, a percepção de Elizete sobre esse contexto evidencia que o cenário do Agreste não escapava a grande característica vista em se tratando do contexto do Brasil, onde os próprios agentes do regime civil-militar, representando o Estado e seus aparelhos de repressão, consideravam as mulheres como sujeitos incapazes de se insurgir contra o governo totalitário da época.

Um dado interessante extraído do relato da militante é que, para se proteger da violência que sofria, a mesma “transformou-se” em uma outra pessoa, masculinizando-se, o que trouxe inúmeras consequências para a sua vida. Essa ideia de “despersonalização do gênero feminino” (CARDOSO, 2014, p. 15) se constata em outra fala de Elizete quando ela reflete:

Eu era homem? Eu era mulher? Quem era eu? O que eu estava me tornando? O que o sistema estava fazendo comigo? Era isso que eu queria para a minha vida? [...]. Tive sérios problemas para conseguir sair daquela personalidade de macho que eu havia incorporado, violenta, bruta, ignorante e estúpida, era

violentada e também violentava (ELIZETE MARIA DA SILVA, diário de campo: 06/11/2014).

A partir do relato de Elizete, constata-se também a rejeição da sociedade pelas mulheres militantes dos partidos de esquerda durante o regime civil-militar. Esta tomava forma ao considerá-las uma ameaça à família, discurso condizente os aparelhos ideológicos de dominação e da ideia de higienização social pelo poder, disseminada pelo regime da época. Nesse contexto, o “diferente” era alvo do poder da época; o desviante era pré-determinado a partir desse elemento e/ou marcador social.

Sobre isso, Elizete expõe: “eu rompi com todos os comportamentos esperados para uma mulher naquela época. Era chamada de prostituta nas ruas. Por onde eu passava, as pessoas gritavam: “lá vai a ‘arrombada’, isso é uma perda, passa noites fora de casa atrás dos machos” (ELIZETE MARIA DA SILVA, diário de campo: 06/11/2016). Vê-se, pois, que para a sociedade da época, o engajamento feminino na militância não acontecia por conta da política, mas sim, pelo seu desejo sexual em relação aos homens.

Ademais, a sociedade não recebe cordialmente a mulher que quebra valores seculares (COLLING, 1997). Nesse sentido, em meio ao processo de exclusão, as militantes passaram a negar a sua condição de mulher, na expectativa de eliminar as diferenças entre os gêneros e se igualarem aos demais companheiros (COLLING, 1997). Nesse sentido, o protagonismo feminino era, por natureza, negado. A narrativa de Elizete afirma este pensamento:

[...] eu tive que incorporar uma postura de homem. Eu comecei a andar armada, a agir diferente, as pessoas que me diziam coisas que eu não gostava eu chamava para resolver na bala, na faca, comecei a ter uma postura de homem [...] A sociedade de Pombos me fez viver mais de (dez) anos como um homem (ELIZETE MARIA DA SILVA, diário de campo: 06/11/2014).

Nesse sentido, o protagonismo feminino sofreu diversas tentativas de descredenciamento, uma forma de mostrar a mulher enquanto sujeito mais fraco na luta, quase domável. Assim, cotidianamente, a mulher militante era vista como um “quase homem”. Todavia, as violências despendidas contra ela a reconheciam na sua natureza de mulher, frágil e sem força.

Nessa perspectiva, pode-se afirmar que o protagonismo feminino era exercido a partir de uma matriz patriarcal, masculina. Constata-se nas falas de Elizete que, atuar na luta contra o regime era, necessariamente, assumir a noção de “força”, de “poder”, de “hierarquização” do social, tipicamente masculinas. Há na fala da militante marcadores que reforçam esta ideia, quando a mesma assinala que:

Eu passei mais de oito anos me vestindo igual a eles e tendo a mesma atitude deles, dando gritos e mandando, dando ordens, dizendo que eu fazia e

acontecia, que eu tinha força e autoridade, isso foi, de certa maneira, uma forma de dizer a eles que o que eles sabiam fazer eu também fazia (ELIZETE MARIA DA SILVA, diário de campo: 06/11/2014).

A partir de sua fala, pode-se perceber “a extrema importância da indumentária, demarcação social e sexual, [...] a razão pela qual, quando as mulheres querem sair de sua condição feminina, algumas se vestem de homem” (PERROT, 2006, p. 219). Com base nas falas da militante, é possível afirmar que tais comportamentos eram recorrentes na militância das mulheres contra a ditadura civil-militar brasileira.

Desse modo, o relato de Elizete mostra que o protagonismo feminino frente ao regime civil-militar, mesmo que subjetivamente, guarda relações com as questões de gênero, seja nos processos de resistência ou, principalmente, em relação aos processos de subalternização.

Com base no que pode ser constatado a partir das falas da militante à luz da categoria de análise que aponta as **Representações da Mulher na Ditadura Civil-Militar**, pondera-se que a luta política maior nesse período focava a construção de uma sociedade mais justa e isso, por sua vez, diluía as relações e as questões de gênero no combate político e geral (COLLING, 1997).

Ao que se percebe nas falas da entrevistada, o imaginário da repressão construiu coletivamente e dentro dos grupos de resistência a imagem da mulher enquanto elemento mais fraco na luta contra o regime. O pouco reconhecimento na época – e na história – descaracterizam-na como agente político, mostrando apenas suas imagens de “mãe”, “esposa”, “do lar”, como é visto na fala de Elizete:

As mulheres daquela época não eram vistas como mulher, como sujeito, eram vistas como mãe, como dona de casa, como esposa, como companheira, como amante, era só para criar filhos e servir ao homem do jeito que ele quisesse e entendesse (ELIZETE MARIA DA SILVA, diário de campo: 06/11/2014).

Compreende-se, dessa forma, que o patriarcado se dava como um aparelho de distanciamento feminino da luta contra o regime. Partindo de um contexto de luta e repressão, a condição feminina foi reduzida à figura daquelas que se portavam e se auto atestavam como cidadãs, desempenhando o seu papel de mãe, esposa e mulher do lar (CARDOSO, 2014).

Dessa forma, a militante completa este pensamento ao reafirmar que “[...] a gente nunca serviu para nada a não ser para lavar, passar, cozinhar e servir o homem na mesa e na cama e não podia falar muito” (ELIZETE MARIA DA SILVA, diário de campo: 06/11/2014). Ao apresentar esta condição, Elizete mostra, claramente, o papel social atribuído às mulheres na época, “uma visão colonizada, dominada, que não vê a si própria” (COLLING, 2006, p. 03), característica determinante no (não) protagonismo feminino frente ao civil-militarismo de 1964.

Elizete afirma, no entanto, que sua personalidade nunca a fez aceitar tudo calada. Assim, relata que sua mãe reclamava por ela ser a única dos seus sete filhos com tal temperamento, por isso, desejava “que eu ainda ia encontrar um homem que me botasse um cabresto para eu aprender a obedecer” (ELIZETE MARIA DA SILVA, diário de campo: 06/11/2014).

Compreende-se, desse modo, que a família, ao lado da repressão civil-militar, era mais um aparelho de coerção à atuação da mulher nos espaços de poder e luta política. O que se remete também na fala a seguir: “Prenderam Cajá e para que ele dissesse o nome dos outros companheiros que estavam na militância, pegaram o pai e a mãe dele e torturaram muito eles, **aí minha mãe ouvia isso pelo rádio e dizia que se eles fizessem isso com o meu pai a culpa seria minha**” (ELIZETE MARIA DA SILVA, diário de campo: 06/11/2014) [grifo nosso].

A partir de relatos como este, verifica-se que, em Pernambuco, a presença da mulher na ditadura civil-militar também se deu a partir da reprodução de uma matriz hegemônico-patriarcal, bem como, sob a ideia de “público” e do “privado”, até mesmo nos espaços de luta social. Dessa maneira, os estigmas operavam, a nível do imaginário, como barreiras à participação feminista nos espaços de luta, como narra Elizete: “éramos mulheres decoradoras, a gente nunca serviu para nada a não ser para lavar, passar, cozinhar e servir ao homem na mesa e na cama. E não podia falar muito” (ELIZETE MARIA DA SILVA, 2014, diário de campo: 06/11/2014).

Não obstante, ainda que o espaço privado fosse, de fato, um forte elemento de invisibilidade à participação da mulher pernambucana na luta contra o regime, isso não significava, necessariamente, o abandono à luta. Nessa perspectiva, a narrativa de Elizete aponta elementos que remontam ao papel significativo assumido pela mulher pernambucana na militância contra a ditadura civil-militar de 1964.

Por fim, discute-se o relato de Elizete a partir da **categoria de análise Formação Política**, por meio da qual tornou-se possível constatar que a mulher militante, de uma forma geral, não se percebia na condição de sujeito político.

Nesse sentido, é frequente na fala da militante o relato de que sua família também não aceitava o seu envolvimento na militância política de esquerda, acreditando que esta era uma condição não propícia ao casamento, tido como único passaporte para a felicidade e realização da mulher na época (COLLING, 2006).

Dessa forma, constata-se que a atuação política da mulher junto aos partidos de esquerda significava romper com padrões sociais e de gênero impostos na época. “Ser militante era sinônimo de ser transgressora, manchando, assim, a identidade da mulher: mãe-esposa” (CRUZ, 2013, p. 30). Essa perspectiva pode ser observada na seguinte passagem:

Sempre tive minha sexualidade discutida na boca do povo. Quando eu estava solteira, era chamada de prostituta, quando me casei e depois separei, passei a ser chamada de ‘sapatão’. Me chamavam assim porque diziam que o motivo de eu ter me separado era esse, porque eu não gostava de homem e pelo fato de que quando eu era militante, andava com vestimentas masculinas, de bota, chapéu, cabelo preso (ELIZETE MARIA DA SILVA, diário de campo: 06/11/2014).

Partindo-se desse panorama, percebe-se que a cidadania e, por conseguinte, a atuação política feminina só poderia ser “exercida” por aquelas que guardassem sua imagem de mulher pura. Por esse ângulo, compreende-se a partir da narrativa de Elizete que a clandestinidade era também um espaço criado por marcadores de gênero e de poder, notadamente masculinos.

Portanto, manter a condição de pureza e feminilidade era para a militante uma estratégia de engajamento político, haja vista que “o controle e a vigília dos pais ou irmãos sobre as moças estava ligado à preservação de sua “honra” ou virgindade, já que eram consideradas como frágeis e influenciáveis” (BIASOLI-ALVES, 2013, p. 135).

Nesse sentido, fica demonstrado que, além de caracterizar a mulher militante como prostituta, a repressão tentou ainda construir uma imagem de ‘mulher-macho’ (COLLING, 1997) àquelas que ousavam se inserir no contexto político. Um marcador importante observado no relato da entrevistada diz respeito à militância da mulher pernambucana à resistência ao regime civil-militar.

De acordo com Elizete, as mulheres que militavam à sua época eram questionadas e criticadas, inclusive, por outras mulheres que não aderiram a este tipo de luta (CRUZ, 2013). Observa-se em sua fala um trecho que retrata este pensamento: “as outras mulheres me chamavam de amostrada, diziam que eu queria aparecer, que eu era muito exibida, muito oferecida. [...] Eu ia além do que elas tinham coragem de enfrentar” (ELIZETE MARIA DA SILVA, diário de campo: 06/11/2014).

Concorda-se que discursos como este contribuíram para diluir as diferenças e construíram sujeitos políticos assexuados, desqualificando e tornando invisível a presença e o protagonismo da mulher frente ao regime da época (COLLING, 2004). Nesse sentido, “para *ser* mulher, muitas precisavam demonstrar que satisfaziam ao modelo patriarcal de “gênero” estandardizado pelo regime e, também, valorizado socialmente, a saber: o de mãe e esposa” (CARDOSO, 2014, p. 05). Desse modo, Elizete relata que “foi só depois do segundo casamento que eu consegui calar a boca das pessoas da minha cidade” (ELIZETE MARIA DA SILVA, 2014, diário de campo: 06/11/2014).

Aliado ao que foi apresentado na presente categoria, nota-se na fala da entrevistada que a mulher militante, em Pernambuco, também conviveu com o medo e com a fuga como saída

para garantir sua integridade. No contexto de perseguição militar da época, a clandestinidade significou uma possibilidade à sua atuação e formação política que, ainda que de forma discreta, feminizou o contexto social da época, fazendo isso a partir da sua condição de mulher cidadã e humana de resistência (CARDOSO, 2014).

Do mesmo modo, o discurso da entrevistada colabora com os elementos apontados até aqui, haja vista que apresenta as bases de uma discussão em torno de como ocorreu o processo de formação política da mulher pernambucana nos movimentos de esquerda no contexto do Golpe de 1964.

Assim, em relação às categorias anteriormente analisadas, compreende-se que os elementos que constroem a relação entre formação política e as lutas sociais do movimento de mulheres em oposição à ditadura civil-militar no Agreste de Pernambuco abarcam: debates sobre a questão de gênero, desconstrução das estruturas de poder e o engajamento das mulheres militantes em movimentos de base como uma das várias maneiras que estas executavam a militância²⁰.

Também no cenário pernambucano e, de modo específico, na região Agreste, a não discussão de questões feministas no interior dos movimentos de esquerda demonstram que a condição da mulher não fazia parte das reivindicações da época. Diante de questões políticas “maiores” e “mais urgentes”, lutar pelos direitos femininos ocasionaria o distanciamento dos objetivos da resistência, por isso, a vivência feminista nos movimentos de combate ao regime autoritário da época abarcava apenas questões referentes à contestação deste, sendo pensada e vivenciada no tempo “masculino” da ação.

Com isso, a militância feminista se dava a partir de fortes marcadores de gênero que se apresentavam ora como obstáculos ora como facilitadores, de modo que, pela invisibilidade e não importância com que era vista, a mulher podia executar sua militância sem se tornar alvo fácil da repressão. Por outro lado, a mulher que saía às ruas para protestar e participar do enfrentamento ao regime não era vista como sujeito político, mas como objeto de erotização e desejo por parte da repressão.

Portanto, também no cenário do Agreste de Pernambuco a mulher militante transgredia as normas sociais ao se insurgir contra o regime civil-militar, ainda mais pelo imaginário machista e patriarcal que ainda hoje persiste na região. O enraizamento da imagem da mulher

²⁰ Apesar de serem meramente insipientes, esses conceitos encontrados nas falas são aberturas, caminhos que se deixa para uma posterior reflexão e aprofundamento de outros estudos.

pernambucana como sujeito submisso e coadjuvante no processo histórico contribuiu para abrandar o protagonismo de sua luta, subalternizando-a, por conseguinte. Nesse contexto de subalternidade, a mulher que rompia com essa condição foi tida como uma ‘mulher-macho’, como um sujeito masculinizado, como uma exceção.

Com isso, em busca de ser reconhecida enquanto sujeito político, algumas mulheres passavam a abandonar a sua condição feminina para assumir um perfil masculinizado. Fica claro que essa transformação era uma tentativa das militantes em ser respeitadas ou vistas de modo diferente por uma sociedade que as via como sujeitos desviantes, ora tidas como promíscuas, ora como homossexuais.

Destarte, a consciência política das desigualdades nas estruturas de poder foram a porta para o engajamento das militantes nos movimentos de base, tido como um dos principais elementos que caracterizam os processos de formação política feminista no interior dos movimentos sociais. Apesar de não se perceber como um sujeito político, foi a partir da sua atuação que surgiram as bases para a formação de novos sujeitos políticos feminis na atualidade.

Assim, compreende-se que a análise das falas da militante oferece subsídios para construir uma ponte ao que é necessário constar numa proposta de educação para os direitos humanos, haja vista que é tão insipiente a discussão sobre gênero, democracia e protagonismo feminino no debate sobre educação para os direitos humanos e para a democracia.

4.1.2 Militante Edileuza Dias Portela

Nascida em Caruaru-PE, em 21/02/1948, Edileuza Portela, mulher negra, solteira, católica, residia no meio urbano e entrou para a militância aos 18 anos, através do Movimento Estudantil.

Importante liderança da União dos Estudantes Secundaristas de Caruaru (UESC) e uma das fundadoras do grêmio de representação dos alunos da sua escola, Edileuza cursava o segundo grau quando se envolveu ativamente com a militância estudantil.

Nós tínhamos uma garagem na 27 de Janeiro²¹ onde nós, estudantes, um grupo de amigos, íamos para lá somente para ler, debater acerca das questões nacionais. Então, éramos estudantes muito atuantes, comprometidos, mas que, infelizmente, com o golpe de 1964, isso caiu por terra, os grêmios foram fechados, os movimentos estudantis se dissiparam, a voz do povo foi calada. Os alunos passaram a não participar da história do país, de forma efetiva,

²¹Rua de Caruaru.

como eles participavam, além do trucidamento, do horror da fase que se viveu, que foi muito difícil, foi terrível (EDILEUZA DIAS PORTELA, diário de campo: 13/09/2016).

Preocupada com as questões sociais e políticas da época, Edileuza engajou-se na luta contra a ditadura civil-militar através do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) e, posteriormente, pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT). Atuava em organizações de bairro e na zona rural, criando e difundindo os movimentos de resistência ao regime instaurado.

Apesar de viver em um clima de insegurança e medo, Edileuza conseguiu exercer sua militância sem tornar-se alvo dos agentes da repressão. Porém, com o acirramento da violência do Estado em Caruaru, o grêmio que representava foi fechado e a força do movimento estudantil pelo o qual militava foi dissipada.

Não cheguei a ser perseguida porque quando o golpe começou, um companheiro nosso escondeu todos os livros, mas os movimentos estudantis foram cerceados, e ficou uma coisa sem sentido, as pessoas se dispersaram, foram viver uma vida normal, disfarçados, em outros estados, países (EDILEUZA DIAS PORTELA, diário de campo: 13/09/2016).

Não obstante, presenciou a perseguição dos órgãos repressores do Governo a Manoel Messias²², seu vizinho e companheiro de luta. De acordo com a militante, no dia 06 de abril de 1964, as forças do exército e agentes da segurança montaram um cerco em torno da casa do militante comunista. Não sendo encontrado, sua irmã Maria do Carmo Silva foi levada como forma de pressioná-lo a se entregar.

Eu vi o exército inteiro entrando na rua só para buscá-lo, procurando-o, mas como ele não estava, ela (irmã de Carlos Messias) quem foi presa, para que descobrisse onde ele estava. Nesse momento, quando ele soube que a irmã havia sido detida no Recife, no Quartel de Cinco Pontas, ele voltou para sua cidade e se entregou (EDILEUZA DIAS PORTELA, diário de campo: 13/09/2016).

Em 1970, apesar das dificuldades que enfrentou devido à sua militância, Edileuza concluiu o magistério e passou a trabalhar como professora na zona rural. Paralelamente à militância, casou e teve cinco filhos. Com o fim do civil-militarismo, Edileuza deu continuidade aos estudos, formando-se em Ciências Sociais e em Direito. Atualmente, é professora aposentada e filiada ao Partido Republicano Progressista – PRP.

²² Manoel Messias foi um dos principais líderes – senão o principal - comunistas de Caruaru. Suas ações foram registradas em diversos momentos por onde ele passou, inclusive nos países onde esteve exilado (CAVALCANTI, 2015, p. 104).

4.1.2.1 Análise das Categorias

A seguir, dar-se prosseguimento a análise com o intuito de corroborar o relato da militante com as categorias analíticas. Nesse viés, organiza-se os dados da investigação, novamente, em um quadro síntese, como pode ser observado abaixo:

Quadro 2 – Quadro Síntese: Edileuza Portela

CATEGORIA	DIÁLOGO COM OS TEÓRICOS	DIÁLOGO COM AS ENTREVISTADAS	SÍNTESE
Protagonismo feminino	<p>A militância feminina implicava em assumir um “papel duplamente transgressor: enquanto agentes políticos (insurgindo-se contra o regime) e enquanto gênero (rompendo com o padrão vigente)” (FERREIRA, 1996, p. 152).</p> <p>As mulheres militantes nos partidos de esquerda eram vistas como objetos pela repressão, jamais como sujeitos. Objeto que se compra, ganha e troca, ou se alicia (COLLING, 1997, p. 98).</p>	<p>Aos olhos da repressão e da sociedade da época, ser militante era o oposto do padrão “Amélia - a mulher de verdade, que ficava em casa criando os filhos, de boca calada” (EDILEUZA DIAS PORTELA, diário de campo: 13/09/2016).</p> <p>Por ser mulher militante, negra, eu tinha um corpo bonito na época. Os machistas/militares me viam como objeto de consumo. Por ser negra, os homens me achavam “fácil”, queriam se aproveitar de mim, e como eu não permitia, me caluniavam, diziam coisas a meu respeito (EDILEUZA DIAS PORTELA, diário de campo: 13/09/2016).</p>	<p>O protagonismo feminino se deu, também em Pernambuco, a partir de um padrão de homogeneidade masculinizada, no qual a mulher militante teve sua condição humana mediada pela figura do macho, do militante, da força.</p>
As representações da mulher na ditadura civil-militar	<p>A mulher militante negou suas diferenças para caber no papel de sujeito político, apto à militância, “desconhecendo que igualdade significa também a necessidade de reconhecer essas diferenças (COLLING, 1997, p. 73).</p> <p>A esquerda não propiciava o debate sobre as relações feminino/masculino, sobre</p>	<p>Não tinha nenhum tratamento diferenciado. Não só era eu de mulher, havia várias mulheres que participavam do movimento estudantil. Era igualitário, nós não víamos a questão do sexo, nós só víamos o motivo pelo qual estávamos lutando, nossa ideologia. Nossa luta era essa (...). Então, quem estava na militância, não era visto como mulher ou homem (EDILEUZA DIAS</p>	<p>A atividade política exigia um convívio intenso entre os militantes, assim, aos olhos da sociedade, estas eram vistas como “anormais” por fugir ao que se esperava de uma mulher à época.</p> <p>Outras possibilidades inerentes ao universo feminino não integravam o imaginário da mulher que fazia parte da</p>

	as questões femininas” (COLLING, 2004, p. 08).	<p>PORTELA, diário de campo: 13/09/2016) [grifos nossos].</p> <p>Nós não víamos essa coisa de “homem x mulher”, pois, [...] era uma turma muito unida, dentro do grupo, ninguém pensava em namorar, éramos apenas amigos. Existia um ou outro casal, mas o objetivo não era esse (EDILEUZA DIAS PORTELA, diário de campo: 13/09/2016).</p>	<p>militância, a exemplo da maternidade, que juntamente com o amor eram apontados como possíveis aspectos de enfraquecimento dos indivíduos envolvidos na luta contra o regime civil-militar.</p>
Formação Política	<p>A trajetória política da militante foi marcada pela dificuldade em ultrapassar as barreiras do espaço privado, em romper com as representações cristalizadas sobre o feminino (COLLING, 2004, p. 03).</p> <p>Assim, na tentativa de conceituar a mulher como sujeito político desviante, acusavam-na de viver na promiscuidade, o que constituiu um processo de descaracterização feminina (COLLING, 1997, p.14).</p>	<p>As mulheres que militavam junto a ela no movimento estudantil de Caruaru “se fundamentavam no que acreditavam” (EDILEUZA DIAS PORTELA, 2016, diário de campo: 13/09/2013).</p> <p>Nós sentíamos a necessidade de participar do contexto, mas também uma necessidade de nos emancipar. (EDILEUZA DIAS PORTELA, diário de campo: 13/09/2016).</p> <p>Eu sempre fui uma mulher que me sentia à frente do período, eu usava minissaia, calça cumprida. Naquele tempo, os machistas e a sociedade da época me julgavam. Para chegar a esses espaços em que eu estive, eu sofri muito preconceito, tive apoio de alguns homens, mas sempre pela porta de trás, para que ninguém visse que eu frequentava os lugares, escondida de todo mundo (EDILEUZA DIAS PORTELA, diário de campo: 13/09/2016).</p>	<p>O aperfeiçoamento teórico era essencial à militância política feminista contra o regime civil-militar. Assim, além de buscar se fundamentar sobre o contexto político que enfrentavam, as mulheres sentiam a necessidade de conhecimento teórico acerca da sua condição.</p> <p>A mulher não era vista enquanto sujeito político e de direitos. Desse modo, o feminino era mantido como o “sexo frágil”, incapaz de se envolver na luta armada ou de pensar qualquer oposição contra o regime.</p>

FONTE: A autora (2017)

Assim, tem-se que, na primeira **categoria de análise: Protagonismo Feminino**, as falas da militante revelam a representatividade e protagonismo das mulheres que participavam do Movimento Estudantil à época da ditadura civil-militar na cidade de Caruaru, por suas ações de enfrentamento. Nesse contexto, Edileuza revela que entrou para a militância através do referido

movimento, depois afiliou-se ao Movimento Democrático Brasileiro (MDB)²³, em seguida ao Partido Democrático Trabalhista (PDT)²⁴, participando também de outros grupos na cidade de Caruaru.

À época da ditadura, conforme o relato da militante, o padrão de mulher que vigorava na sociedade era o de dona de casa, esposa e mãe (DEL PRIORE; BASSANEZI, 1997, p. 60). Com isso, vê-se que o desvio a essa norma implicava em diversas renúncias e repreensões, pois, como narra Edileuza, aos olhos da repressão e da sociedade da época, ser militante era o oposto do padrão “Amélia²⁵ - a mulher de verdade, que ficava em casa criando os filhos, de boca calada” (EDILEUZA DIAS PORTELA, diário de campo: 13/09/2016).

Frequentes são os relatos de ambas as militantes que constataam que a militância feminina implicava em assumir um “papel duplamente transgressor: enquanto agentes políticos (insurgindo-se contra o regime) e enquanto gênero (rompendo com o padrão vigente)” (FERREIRA, 1996, p. 152). Nessa perspectiva, como consequência de sua militância, Edileuza foi acusada de viver na promiscuidade, representando uma ameaça às jovens de família tradicionais da sua cidade.

Há, também na fala da entrevistada, um forte marcador de subalternização do protagonismo do gênero feminino no que diz respeito ao cenário pernambucano de repressão. Seu relato reforça a constatação de que “as mulheres militantes nos partidos de esquerda eram vistas como objetos pela repressão, jamais como sujeitos. Objeto que se compra, ganha e troca, ou se alicia” (COLLING, 1997, p. 98).

Para Robles (2006, p. 15), esse comportamento diz respeito à “subcondição de debilidade atribuída às mulheres pelos homens”. Nesse sentido, a militante revela memórias do seu passado:

Por ser mulher militante, negra, eu tinha um corpo bonito na época. Os machistas/militares me viam como objeto de consumo. Por ser negra, os homens me achavam “fácil”, queriam se aproveitar de mim, e como eu não permitia, me caluniavam, diziam coisas a meu respeito (EDILEUZA DIAS PORTELA, diário de campo: 13/09/2016).

²³ À época do bipartidarismo, um dos frutos da ditadura civil-militar, o Movimento Democrático Brasileiro fez oposição a Aliança Renovadora Nacional – Arena, no período de 1996 a 1979.

²⁴ Surgido em 17 de junho de 1979, o partido político de centro-esquerda foi formado por políticos e figuras conhecidas no Brasil que foram exiladas pelo golpe civil-militar de 1964.

²⁵ Referência ao samba *Ai que saudade da Amélia*, de 1942, com autoria de Mário Lago e Ataulfo Alves, em que a mulher submissa é tida como modelo da mulher ideal.

Nessa perspectiva, compreende-se que o protagonismo feminino se deu, também em Pernambuco, a partir de um padrão de homogeneidade masculinizada, no qual a mulher militante teve sua condição humana mediada pela figura do macho, do militante, da força. “‘Despersonalizar’, nesse sentido, passa a significar o controle da palavra, dos argumentos para se exercer controle sobre determinado grupo – nesse caso, as mulheres” (CARDOSO, 2014, p.16).

Desse modo, a militante política é, por outro lado, também considerada uma espécie de categoria sem sexo, por camuflar sua sexualidade, assumindo a dominação masculina. Assim, na condição de gênero, o feminino está subsumido no discurso de unificação dos sujeitos quando se trata de luta política (COLLING, 1997).

Pode-se entender que, a partir da narrativa da militante Edileuza - em se tratando do cenário pernambucano - o protagonismo feminino frente ao período ditatorial brasileiro também era mediado e instrumentalizado a partir de marcadores de gênero.

Semelhante a isso, constata-se que a militância feminina era fortemente marcada pelo imaginário machista e patriarcal. Não se tratava apenas da violência exercida pelo regime, mas também pelos estereótipos da história e da cultura, incutidos de modo amplo na sociedade da época (CARDOSO, 2014), utilizados com a finalidade de criar obstáculos – reais e imaginários – ao protagonismo feminil.

Na segunda **categoria de análise**, estuda-se o relato da militante a partir das **Representações da Mulher na ditadura civil-militar** de 1964. Ao ser questionada sobre o seu contato com os ideais feministas da época, Edileuza confirma que havia uma discussão acerca desses ideais no interior do movimento estudantil, no entanto, afirma que não existia nenhuma diferença de tratamento com relação aos seus companheiros de militância.

Certamente, a afirmativa da militante se aproxima do pensamento de Colling (1997) quando aponta que a mulher militante negou suas diferenças para caber no papel de sujeito político, apto à militância, “desconhecendo que igualdade significa também a necessidade de reconhecer essas diferenças (COLLING, 1997, p. 73). Observa-se:

Não tinha nenhum tratamento diferenciado. Não só era eu de mulher, havia várias mulheres que participavam do movimento estudantil. **Era igualitário, nós não víamos a questão do sexo, nós só víamos o motivo pelo qual estávamos lutando, nossa ideologia.** Nossa luta era essa (...).

A mulher, no meio dos militantes, tinha o mesmo espaço, porque eram pessoas de cabeça avançada. Graças a resistência das mulheres à ditadura, nós tivemos um grande avanço, quantas mulheres se destacaram naquele período? [...]. Então, **quem estava na militância, não era visto como mulher ou homem** (EDILEUZA DIAS PORTELA, diário de campo: 13/09/2016) [grifos nossos].

É recorrente nas falas de ambas as militantes a declaração de que as mulheres que adentravam à militância quase sempre tinham que lidar com o preconceito, não apenas dos órgãos da repressão, mas também das famílias tradicionais da cidade em que residiam e/ou militavam. Nesse contexto, relembra a militante que, como a atividade política exigia um convívio intenso entre os militantes, aos olhos da sociedade de Caruaru, a mesma era tida como “anormal” por fugir ao “padrão de mulher constituído historicamente” (COLLING, 1997, p. 103).

Isto é, por ser mulher e conviver com homens, considerava-se que a militante possuía um comportamento “desviante”, não esperado para uma mulher (CRUZ, 2013, p. 146). Nesse sentido, Edileuza comenta que:

Os meus amigos militantes iam à minha casa, meus pais eram pessoas muito afetivas, então, **eu convivia com muitos companheiros homens e, por isso, eu enfrentava muito preconceito.** (...) eu não enfrentei obstáculos dos meus pais, mas enfrentei de uma sociedade machista. Na época, e ainda hoje, o fato de eu ser mulher “pesava”, e **ainda mais porque eu era negra. Se eu fosse de uma classe social alta, acredito que não teria enfrentado tantas barreiras, mas era pobre,** eu enfrentava muito preconceito na escola (EDILEUZA DIAS PORTELA, diário de campo: 13/09/2016) [grifos nossos].

Destaca-se na fala da militante a presença de marcadores culturais e de classe atrelados à militância feminista na ditadura civil-militar de 1964 que remetem ao que destaca Spivak (2010), ao dizer que a mulher negra e pobre está mais sujeita a ser relegada à subalternidade, pela sua condição de gênero, social e étnica. Assim, é confirmada a tese de que as oportunidades não eram as mesmas para todas as mulheres, bem como, as perspectivas de luta eram distintas (SARTI, 2004).

Nesse contexto, o relato de Edileuza confirma que “o discurso da repressão não é um discurso isolado. O mesmo está presente na sociedade; a repressão somente o recolhe e o sistematiza, na tentativa de desmerecer e desqualificar a mulher militante como sujeito político” (COLLING, 2006, p. 09). Dessa forma, a militante foi, muitas vezes, discriminada por uma sociedade que não a aceitava nos espaços de luta pela sua condição de mulher, negra e pobre.

Dando prosseguimento à análise, apesar de afirmar que desconhece, incluído aos movimentos pelos quais militou, algum tipo de preconceito dirigido às mulheres militantes, a entrevistada revela que tinha medo de começar um relacionamento dentro ou fora do movimento, pois acreditava que isso poderia distanciá-la da militância.

Nesse sentido, outras possibilidades inerentes ao universo feminino não integravam o imaginário da mulher que fazia parte da militância²⁶, a exemplo da maternidade, que juntamente com o amor eram apontados como possíveis aspectos de enfraquecimento dos indivíduos envolvidos na luta contra o regime civil-militar. Por isso, a abstinência sexual era tida como ideal e, para tanto, buscou-se negar a sexualidade, principalmente da mulher guerrilheira (TELES, 1999, p. 72).

Portanto, Edileuza conta que a sua relação com os companheiros de luta era estritamente política, com raras exceções. De acordo com ela, a política estava tão impregnada em seu cotidiano e no cotidiano da organização de que fazia parte, que as relações afetivas eram difíceis e, por vezes, sublimadas. Relaciona-se esse panorama ao fato de que “a esquerda não propiciava o debate sobre as relações feminino/masculino, sobre as questões femininas” (COLLING, 2004, p. 08).

Colling prossegue que, havia interesses mais urgentes no interior dos movimentos de esquerda. Por isso, Edileuza afirma que na militância, “nós não víamos essa coisa de “homem x mulher”, pois, [...] era uma turma muito unida, dentro do grupo, ninguém pensava em namorar, éramos apenas amigos. Existia um ou outro casal, mas o objetivo não era esse” (EDILEUZA DIAS PORTELA, diário de campo: 13/09/2016).

A terceira e última **categoria de análise**, que discute a **Formação Política** da mulher à época do Golpe Civil-Militar de 1964, apresenta o aperfeiçoamento teórico como essencial à militância política feminista contra o regime, pois, como afirma Edileuza, as mulheres que militavam junto a ela no movimento estudantil de Caruaru “se fundamentavam no que acreditavam” (EDILEUZA DIAS PORTELA, 2016, diário de campo: 13/09/2013).

Como demonstrado nas falas da entrevistada, a mesma participava de vários grupos de estudo e congressos estudantis que discutiam a conjuntura política da época, buscando definir ações práticas de enfrentamento do movimento estudantil à ditadura civil-militar em Pernambuco e, mais especificamente, no Agreste da região. De acordo com Colling (1997, p. 52), “essas ações exigiam disciplina, dedicação e, sobretudo, paixão”.

No entanto, além de buscar se fundamentar sobre o contexto político que enfrentavam, as mulheres sentiam a necessidade de conhecimento teórico acerca da sua condição, como mostra a fala da militante: “nós sentíamos a necessidade de participar do contexto, mas também uma necessidade de nos emancipar”. Edileuza prossegue o seu relato afirmando que “nós

²⁶Aqui entendida enquanto atividade meramente instrumental ao protagonismo masculino.

falávamos das questões da mulher, sobre a mulher avançar porque a mulher era muito coibida nos seus direitos, como ainda hoje o é” (EDILEUZA DIAS PORTELA, diário de campo: 13/09/2016).

Nota-se, entretanto, que a trajetória política da militante foi marcada pela dificuldade em ultrapassar as barreiras do espaço privado, em romper com as representações cristalizadas sobre o feminino (COLLING, 2004, p. 03). Não obstante, Edileuza ressalta que não se deixou abater por esses obstáculos:

Eu sempre fui uma mulher que me sentia à frente do período, eu usava minissaia, calça cumprida. Naquele tempo, os machistas e a sociedade da época me julgavam. Para chegar a esses espaços em que eu estive, eu sofri muito preconceito, tive apoio de alguns homens, mas sempre pela porta de trás, para que ninguém visse que eu frequentava os lugares, escondida de todo mundo (EDILEUZA DIAS PORTELA, diário de campo: 13/09/2016).

Diante de relatos como este, constata-se que o diferente era alvo de severas críticas; o desviante era pré-destinado a partir desse elemento e/ou marcador social. Assim, na tentativa de conceituar a mulher como sujeito político desviante, acusavam-na de viver na promiscuidade, o que constituiu um processo de descaracterização feminina (COLLING, 1997).

O discurso de Edileuza revela também que a mulher não era vista enquanto sujeito político e de direitos. Assim, compreende-se que o feminino era mantido como o “sexo frágil”, incapaz de se envolver na luta armada ou de pensar qualquer oposição contra o regime.

Desse modo, a militante deixa claro em sua fala o desejo de ser respeitada enquanto mulher, dentro de um ambiente em que prevalecia o machismo e a violência patriarcal. Nota-se a partir do seu relato, que a militância da mulher era tida enquanto objeto presente no campo meramente discursivo, porém negada pelo tempo masculino da ação ou, simplesmente, da força.

Elencam-se, novamente, os principais elementos que se destacam na narrativa da militante, com o intuito de apontar para os achados da pesquisa em relação às categorias de análise eleitas no presente estudo. Nesse sentido, percebe-se como elementos de formação política: o debate político sobre questões da realidade, a representatividade e protagonismo do movimento estudantil na cidade de Caruaru, as questões de gênero, a presença de marcadores sociais, culturais, étnicos, de classe e, por último, o aperfeiçoamento teórico como essencial à militância política feminista contra o regime civil-militar.

Assim, tem-se que a mulher que militava nos movimentos de esquerda no Agreste de Pernambuco possuía uma consciência política elevada acerca das desigualdades e da realidade da época. Tal consciência advinha, em grande parte, pelo acesso a teorias que fundamentavam a sua condição e militância, bem como, a participação nos grupos de estudo e representação dos

grêmios estudantis, reforçando o papel dos movimentos sociais enquanto espaços educativos e, por conseguinte, de formação política.

Destarte, o trajeto político da militância feminista na resistência à ditadura civil-militar foi delineado, também em Pernambuco, por marcadores de gênero, pelo preconceito da sociedade mais ampla em aceitar mulheres que rompiam com normas seculares, tendo em vista que, vivendo em um contexto no qual a submissão da mulher ainda era algo fortemente presente na sociedade da época, a mulher pernambucana que se insurgia contra o regime carregava também o status de mulher masculinizada, sendo alvo do estereótipo da “Paraíba masculina, *muié macho, sim senhor*²⁷”.

Esses marcadores de gênero também se faziam presentes no modo como a repressão enxergava a mulher que ousava adentrar os mesmos espaços que os homens na militância política, caracterizando-a como sujeito mais frágil na luta, bem como, objetos de erotização e de desejo. Essa não percepção da mulher enquanto sujeito político não estava circunscrita à sociedade mais ampla e/ou aos órgãos da repressão, mas também pairava no imaginário dos movimentos de esquerda. O não reconhecimento das diferenças entre homens e mulheres no interior desses grupos anulou o debate acerca das pautas específicas da mulher, relegando as suas reivindicações ao campo do privado.

Havia também na resistência desses sujeitos femininos a presença de marcadores sociais, étnicos e de classe, tendo em vista que os lugares e experiências da mulher no combate à ditadura civil-militar não eram homogêneas. Isto significa dizer que as vivências de uma militante de classe média, por exemplo, são diferentes da experiência de uma mulher que luta em contextos de desigualdade sociais e econômicas, assim como as representações históricas sobre a mulher negra e a imagem da mulher branca na sociedade irão incutir, diretamente, na imagética da mulher militante.

Nesse viés, compreende-se que o discurso da militante fornece elementos importantes à construção de uma educação humanizada, voltada para o dever de lembrar para não esquecer, à medida que descreve a sua militância enquanto momento de formação e atuação política.

²⁷ Perspectiva observada na música Paraíba de autoria de Luiz Gonzaga onde a mulher era tida como ‘mulher-macho’, rude, grosseira e seca, como a região.

5 NOTAS A UMA EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS

Esta pesquisa foi construída a partir da intersecção entre educação em direitos humanos e reconstrução da memória coletiva, de modo que foi assumida a seguinte problemática: quais as principais contribuições da reconstrução da trajetória política de mulheres durante a ditadura civil-militar no Agreste de Pernambuco para a educação em direitos humanos?

Buscou-se, a partir disso, resgatar a narrativa de mulheres militantes de esquerda que resistiram à ditadura civil-militar de 1964, contribuindo para a recuperação da história da luta feminista neste período. Dessa forma, ao analisar a experiência da mulher militante no Agreste de Pernambuco, encontram-se elementos que demonstram que a consideração das narrativas dos sujeitos subalternizados contribui para uma educação em direitos humanos à medida que, mesmo que ainda insipientes, possibilitam formar sujeitos políticos individuais e coletivos.

Nesse viés, os achados da pesquisa permitem fazer algumas considerações acerca da análise pretendida, tendo em vista que evidencia o protagonismo feminino na região Agreste como partindo de um padrão de homogeneidade masculinizada, no qual a mulher militante teve sua condição humana mediada pela figura do macho, do militante, da força. Assim, a partir da história de vida de duas mulheres que militaram durante o período delimitado, foi possível reivindicar a justiça histórica e fazer (re)surgir uma “história do feminino”, uma “história da mulher”, uma “história de gênero”.

Com isso, tem-se que em relação a presença da mulher nos movimentos de resistência ao regime civil-militar, exercida no Agreste de Pernambuco, teve início – no caso da militante Elizete Silva - a partir das reuniões de grupos ligados à Igreja Católica, uma representação da sociedade civil mais próxima do povo, nos quais eram discutidas ideias e possibilidades de romper com o regime a partir da conscientização das massas do seu poder de organização.

Já para a militante Edileuza Portela, o ingresso no movimento estudantil da sua cidade possibilitou sua entrada na militância contra o civil-militarismo brasileiro. No que tange aos aspectos referentes à formação política, constata-se que as mulheres pernambucanas que se lançaram na ação política a partir de um projeto coletivo que tinha por objetivo a derrubada do governo militar, romperam com o código social vigente ao adentrarem o espaço público, masculino, por excelência, e enfrentaram uma série de obstáculos como a rejeição e a crítica da família, da sociedade, até mesmo de alguns membros das organizações de esquerda, bem como, da força opressora Estado.

Ao integrar o movimento de resistência ao regime, a mulher teve sua identidade feminina comprometida perante a sociedade, uma vez que vigorava o estereótipo de mulher como mãe, esposa e do lar. Tratava-se de um modelo de dominação imposto às mulheres na época, no qual o sujeito feminil era visto através de estereótipos que o descaracterizavam enquanto ser político e que o credenciavam enquanto elemento mais fraco na luta contra o regime. Dessa forma, a mulher militante era tida como a prostituta, como alguém que está no movimento em busca de homens para satisfação dos prazeres sexuais, ou ainda considerada homossexual.

A partir disso, entende-se que, o resgate das narrativas desses sujeitos políticos, possibilita rememorar o passado e perceber a importância de uma educação voltada para o nunca mais. Nesse sentido, compreende-se que essas mulheres encontraram nos movimentos sociais as bases para sua formação e organização política, o que as fez protagonistas da luta contra o regime civil-militar brasileiro.

Por isso tudo, verifica-se que os trajetos políticos das militantes coincidem em relação aos elementos de formação política, importante recurso político de resistência ao período ditatorial. Nesse sentido, a construção das narrativas políticas da mulher militante permite retirá-la de um lugar subalternizado na História oficial para inseri-la como agente político e de destaque no cenário de lutas políticas. Assim sendo, considera-se que, ainda que de modo insipiente, conseguiu-se dar visibilidade a algumas questões que envolvem as práticas políticas de mulheres durante a ditadura civil-militar no Agreste de Pernambuco, relacionando este panorama como essencial à construção de uma proposta de educação para os direitos humanos.

Desse modo, retomando a pergunta inicial desta pesquisa, ressalta-se que a reconstrução da trajetória política de mulheres durante a ditadura civil-militar no Agreste de Pernambuco traz como principais contribuições à educação em direitos humanos: a possibilidade de formar sujeitos políticos aptos a exercer a democracia e a cidadania plena e a reconstrução os paradigmas educativos, contribuindo para uma cultura do nunca mais, para a não repetição dos fatos ocorridos nos anos ditatoriais no Brasil. Ainda, oferece as bases para a formação de uma nova consciência política, fazendo conhecer as lutas sociais e protagonismo dos sujeitos subalternizados pela história oficial.

REFERÊNCIAS

AMADO, João da Silva. **Manual de investigação qualitativa em educação**. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2013.

ARAÚJO, Maria Paula; SILVA, Izabel Pimentel da; SANTOS, Desirree dos Reis. **Ditadura militar e democracia no Brasil: história, imagem e testemunho**. 1. ed. – Rio de Janeiro: Ponteio, 2013.

AUAD, Daniela; GOMES, Érica. **Formação política das, para e pelas mulheres: o comitê de cidadania como locus de igualdade e democracia**. In: Seminário Internacional Fazendo Gênero 10: Desafios atuais dos feminismos. Anais Eletrônicos. Florianópolis, 2013.

BIASOLI - ALVES, Z. M. M. (2000). **Continuidades e Rupturas no papel da mulher brasileira no século XX**. Psicologia: Teoria e Pesquisa, Brasília/DF, 16(3), 233-239.

BRABO, Tânia Suely Antonelli Marcelo (org.). **Direitos humanos, educação e participação popular: 50 anos do golpe militar**. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014. 230 p.

BRASIL. Comissão brasileira de anistia. **Fortalecimento da Memória, Justiça e dos Direitos Humanos no Brasil e no Hemisfério Sul** / Editor Bix Gabriel, - Brasília:, Ministério da Justiça; Nova York: Coalizão Internacional dos Sítios de Consciência, 2015.

_____. Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. **Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos**. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Ministério da Educação, 2003.

_____. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292. p.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação: Lei nº 9.394/96** – 24 de dez. 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1998.

_____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos**. Resolução nº 1, de 30 de maio de 2012.

CANDAU, Vera Maria. Educação em direitos humanos: desafios atuais. In: SILVEIRA, Rosa Maria Godoy et al. **Educação em direitos humanos: fundamentos teórico metodológicos**. João Pessoa: Editora Universitária, 2008.

CARBONARI, Paulo César. Educação em direitos humanos: esboço de reflexão conceitual. In: BITTAR, E. C. B. **Direitos Humanos no Século XXI**. (Org.). Rio de Janeiro: Forense

Universitária; São Paulo: ANPHED; Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2009.

CARDOSO, Fernando da S. **“Pra não dizer que não falei das flores” A categoria “gênero” nos discursos de mulheres pernambucanas torturadas durante a ditadura militar no Brasil.** In: Prêmio Naíde Teodósio de Estudos de Gênero, VII Edição, Recife: Secretaria da Mulher do Governo de Pernambuco, 2014.

CAVALCANTI, Erinaldo Vicente. **O medo em cena: a ameaça comunista na ditadura militar (Caruaru- PE 1960 – 1968) /Erinaldo Vicente Cavalcanti.** – Recife: O autor. Tese (doutorado) – Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós Graduação em História, 2015.

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro Alcino. **Metodologia Científica.** 3 ed. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1983.

COELHO, Leila Machado; BAPTISTA, Marisa. A história da inserção política da mulher no Brasil: uma trajetória do espaço privado ao público. **Rev. psicol. polít.**, São Paulo, v. 9, n. 17, p. 85-99, jun. 2009. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2009000100006&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 24 jan. 2017.

COLLING, Ana Maria. **A resistência da mulher à ditadura militar no Brasil.** Rio de Janeiro: Record: Rosa dos Tempos, 1997.

_____. **As mulheres e a ditadura militar no Brasil.** In: VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, Coimbra, 2004.

CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE. Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais. Resolução nº 510 de 7/4/2016 do Conselho Nacional de Saúde (CNS), homologada pelo Ministro da Saúde no Diário Oficial de 24 de maio de 2016. Disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/Reso510.pdf>. Acesso em: 10/01/2017.

CRUZ, J. P. D. **“Ou isto ou aquilo”:** implicações entre maternidade e militância para mulheres que militaram em oposição à ditadura militar no Brasil (1964-1985). 2013. 195 p. Dissertação (Mestrado em Psicologia), Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013.

DOSSIÊ MORTOS E DESAPARECIDOS POLÍTICOS NO BRASIL. Disponível em <<http://www.desaparecidospoliticos.org.br/pessoas.php?m=3>>. Acesso em 24 jan. 2017.

ESTEVEES, António Joaquim; AZEVEDO, José. **Metodologias Qualitativas para as Ciências Sociais**. Porto: Universidade do Porto, Faculdade de Letras, Instituto sociológico, 1998.

FERREIRA, E. F. X. **Mulheres militância e memória**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

FREMBERG, Sara. **Pela lembrança, verdade e justiça. O trabalho de apuração da ditadura brasileira pela sociedade civil no exemplo do Estado de Pernambuco**. Ponto de debate – Fundação Rosa Luxemburgo. Setembro de 2015. N.1.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2001. 158 p.

FUCHIK, Júlio. **Testamento sob a Força**. Editora Brasil Debates, 1980.

GIANORDOLI-NASCIMENTO, Ingrid Faria; TRINDADE, Zeidi Araújo; SANTOS, Maria de Fátima de Souza. **Mulheres brasileiras e militância política durante a ditadura militar: a complexa dinâmica dos processos identitários**. Porto Alegre, v. 41, n. 3, dez. 2007.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

_____. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

HOBBSAWAN, Eric. **A era dos extremos: o breve século XX 1914 – 1991**/Eric Hobsbawhan; tradução Marcos Santarrita; revisão técnica Maria Célia Paoli. - São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

LAGE, Allene. **Educação e movimentos sociais: Caminhos para uma pedagogia de luta**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2013.

_____. **Orientações epistemológicas para pesquisa qualitativa em educação e movimentos sociais**. In: IV Colóquio Internacional de Políticas e Práticas Curriculares “diferença nas políticas de currículo. João Pessoa – PB – Brasil, novembro de 2009.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 4. ed. Campinas, São Paulo: Editora da UNICAMP, 1996.

LIRA, José Carlos Batista de. **Comunistas em Pernambuco: Palmares e o Golpe Civil Militar de 1964.** In: V Colóquio de História – Perspectivas Históricas: historiografia, pesquisa e patrimônio. Novembro de 2011.

LYRA, Luciana de Fátima Rocha Pereira de. **Guerreiras e heroínas em performance: da artetnografia à mitologia em artes cênicas.** 2011. 346 p. Tese (Doutorado em Artes), Instituto de Artes da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2011.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia científica.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

MEDEIROS, et al. **Mulher: Militância, Ditadura e Repressão.** Canoas: Universidade Luterana do Brasil, 2005.

MERLINO, Tatiana; OJEDA, Igor (Orgs). **Direito à memória e à verdade - Luta, substantivo feminino.** São Paulo: Ed. Caros Amigos, 2010.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de História Oral.** 5ª ed. São Paulo: Loyola, 2005.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social: Teoria, método e criatividade.** Petrópolis: Vozes, 2008.

MONTEIRO, Renata Alves de Paula; CASTRO, Lúcia Rabello de. A concepção de cidadania como conjunto de direitos e sua implicação para a cidadania de crianças e jovens. **Rev. psicol. polít.,** São Paulo, v. 8, n. 16, p. 271-284, dez. 2008.

NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos.** 1948. Disponível em <http://www.onu.brasil.org.br/documentos_direitoshumanos.php>. Acesso em 25/10/2016.

_____. **Educação em matéria de Direitos Humanos e Tratados de Direitos Humanos da Série Década das Nações Unidas para a Educação em matéria de Direitos Humanos.** 1995-2004. Genebra, 1999. Disponível em: http://www.gddc.pt/direitos-humanos/serie_decada_1_b.pdf. Acesso em: 05/11/2016.

_____. **Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais,** ONU, 1996. Disponível em: http://www.unfpa.org.br/Arquivos/pacto_internacional.pdf. Acesso em: 15/12/2016.

_____. **Programa Mundial para Educação em Direitos Humanos.** Primeira fase. <http://www.dhnet.org.br/dados/textos/edh/br/plano_acao_programa_mundial_edh_pt.pdf> Acesso em: 24/10/2016.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros**. Tradução Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.

PINTO, Regina Jardim. Feminismo, história e poder. **Rev. Sociol. Polít. Curitiba**, v. 18, n. 36, p. 15-23, jun. 2010. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/rsocp/v18n36/03>>. Acesso em 20 jan. 2017.

POLLAK, Michael. **Memória, esquecimento, silêncio**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, Vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

PRADO, Alessando Martins. O Papel da implantação de Políticas Públicas voltadas para a Educação em Direitos Humanos no resgate do Direito à Memória e à Verdade no Brasil. **8. Encontro da Andhep – Políticas Públicas para Segurança Pública e Direitos Humanos**. De 28 a 30 de abril de 2014, Faculdade de Direito, USP, São Paulo.

DEL PRIORE, Mary (org.); BASSANEZI, Carla (coord. de textos). **História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto/Ed. UNESP, 1997.

QUINTAS, Fátima. **Sexo à moda patriarcal: o feminino e o masculino na obra de Gilberto Freyre**. São Paulo: Global, 2008.

RAUPP, F. M.; BEUREN, I. M. Metodologia da pesquisa aplicável às ciências sociais. In: BEUREN, I. M. (Org.). **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática**. São Paulo: Atlas, 2003.

RICOLDI, Arlene Martinez. **Paraíba mulher macho: gênero, cultura e política na educação jurídica popular em João Pessoa – PB/ Arlene Martinez Ricoldi**. São Paulo. Tese de doutorado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2011.

RAMIREZ-BARAT, Clara, editor. | DUTHIE, Roger, editor. **Transitional justice and education: learning peace** / edited by Clara Ramirez-Barat and Roger Duthie, International Center for Transitional Justice, United Nations Children's Fund, 2016.

REIS, Daniel Aarão. **Ditadura, anistia e reconciliação**. Est. Hist., Rio de Janeiro, vol. 23, nº 45, p. 171-186, janeiro-junho de 2010.

RICOLDI, Arlene Martinez. **Paraíba mulher macho: gênero, cultura e política na educação jurídica popular em João Pessoa-PB/Arlene Martinez Ricoldi; orientadora Eva Alterman Blay**. – São Paulo, 2011.

ROBLES, Martha. **Mulheres, mitos e deusas: o feminino através dos tempos/** Martha Robles; tradução William Lagos, Débora Dutra Vieira. - São Paulo: Aleph, 2006.

SALES, Celecina de Maria Veras. Mulheres rurais: tecendo novas relações e reconhecendo direitos. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 15, n. 2, p. 437-443, Ago. 2007. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v15n2/a10v15n2.pdf>>. Acesso em 23 jan. 2017.

SANTANDER, Ugo Carlos (Org). **Memória e direitos humanos**. Brasília: LGE, 2010.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Os conflitos urbanos no Recife: o caso do “Skylab”**. Revista crítica de Ciências Sociais, n° 11, maio, pág. 9-59. Coimbra: Centro de Estudos Sociais, 1983.

SANTOS, Dalila Carla. **Na trilha do cangaço: as representações das relações de gênero nos filmes Corisco e Dadá e Baile Perfumado**. 2012. 114 p.fl. Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre mulheres, gênero e Feminismo. Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Salvador, 2012.

SARTI, Cynthia A. Feminismo e contexto: lições do caso brasileiro. **Cadernos Pagu** (16) 2001: pp.31-48. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/cpa/n16/n16a03.pdf>>. Acesso em 24 jan. 2017.

_____. **O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória**. Rev. Estud. Fem., Florianópolis, v. 12, n. 2, Aug. 2004.

SILVA, Carmen; CAMURÇA, Silvia. **Feminismo e movimento de mulheres**. Recife: SOS Corpo – Instituto Feminista para a Democracia, 2010.

SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. Educação em/para os direitos humanos: entre a universalidade e as particularidades, uma perspectiva histórica. In: _____. **Educação em direitos humanos: fundamentos teóricos-metodológicos** João Pessoa: Editora Universitária, 2007.

SPINDOLA, Thelma; SANTOS, Rosângela da Silva. **Trabalhando com a história de vida: percalços de uma pesquisa(dora?)**. Rev. esc. enferm. USP, São Paulo, v. 37, n. 2, jun. 2003.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** /Gayatri Chakravorty Spivak; tradução de Sandra Regina Goulart Almeida, Marcos Pereira Feitosa, André Pereira Feitosa. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

TAVARES, Celma. Educar em direitos humanos, o desafio da formação dos educadores numa perspectiva interdisciplinar. In: SILVEIRA, Rosa Maria Godoy et al. **Educação em direitos humanos: fundamentos teórico-metodológicos**. João Pessoa: Editora Universitária, 2008.

TELES, Maria Amélia de Almeida. **Breve história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1999. (Coleção Tudo é história; 145)

THOMPSON, Paul. **A voz do passado: História Oral**. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

VALA, Jorge. A análise de conteúdo. In: SILVA, A. S. & PINTO, M (Orgs.) **Metodologia das ciências sociais** (pp.102-128). Porto: Ed. Afrontamento, 1986.

VAINFAS, Ronaldo. **Os protagonistas anônimos da história: micro história**. Campus, 2002.

VIEIRA, Iasmim de Araújo; LAGE, Allene. **Para além de quadros e salas: os processos educativos em movimentos de mulheres do campo potencializando a luta política contra a subalternização da mulher**. In: IX Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas “História, Sociedade e Educação no Brasil”. Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa, 2012.

VIOLA, Solon Eduardo Annes; ALBUQUERQUE, Paulo Peixoto de. **Ditadura e Educação, conexões a serem ressignificadas**. Revista Reflexão e Ação, Santa Cruz do Sul, v.23, n.2, p.78-96, jul./out. 2015.

_____. Políticas de educação em Direitos Humanos. In: SILVA, Aída Monteiro; TAVARES, Celma (orgs). **Política e Fundamentos da Educação em Direitos Humanos**. São Paulo: Cortez, 2010.

ZENAIDE, Maria de Nazaré Tavares. **Políticas de extensão universitária e a disputa pela: a questão dos direitos humanos na UFPB**. Maria de Nazaré Tavares Zenaide – João Pessoa, 2010.

_____. **Educar para nunca mais: Memória e resistência camponesa em Mari, PB**. Revista Interdisciplinar de Direitos Humanos. Bauru, v. 2, n. 3, p. 113-130, jul./dez. 2014.

APÊNDICE

Apêndice 1

ROTEIRO DE ENTREVISTA- CORRIGIDO

O presente questionário busca a coleta de informações que possam subsidiar os resultados da pesquisa intitulada: “PODE O SUBALTERNO FALAR?” Notas à educação em direitos humanos a partir da reconstrução da trajetória política de mulheres durante a ditadura civil-militar no Agreste de Pernambuco”. Pede-se a colaboração no sentido de responder e fornecer da melhor forma possível as opiniões acerca do que se pede.

Antecipadamente, obrigada pela colaboração!

I. IDENTIFICAÇÃO

01. Nome do participante:

02. Endereço residência:

03. Data da entrevista:

II. DADOS PESSOAIS

04. Data de nascimento:

05. Origem

1. Urbana 2. Rural

06. Grupo étnico (cor)

1. Branco 2. Pardo 3. Preto

4. Amarelo 5. Indígena

07. Idade (época em que entrou para a militância)

08. Escolaridade (época em que militava)

1. Não alfabetizado 2. 1ª a 4ª Série do Ens. Fundamental

3. 5ª a 8ª Série do Ens. Fundamental 4. Ensino Médio incompleto

5. Ensino Médio completo 6. Ensino Superior incompleto

7. Ensino Superior completo 8. Pós- graduação

09. Estado civil (época em que era militante)

1. Solteiro 2. Casado/ mora com o companheiro

3. Divorciado 4. Viúvo

10. Formação Religiosa

1. Católica 2. Protestante ou Evangélica

3. Espírita 4. Umbanda ou Candomblé

5. Outra Qual: _____ 6. Sem religião

III. INFORMAÇÕES ACERCA DA TRAJETÓRIA POLÍTICA

11. Como era a sua vida antes da militância?

12. Mais alguém da sua família era envolvido com o movimento de esquerda, com a militância política?

13. Você começou a militar através de que entidade (movimento estudantil, religioso, feminista)?

14. Você chegou a ter contato com os ideais feministas da época?

15. Quais foram os motivos que a levaram a militar? Quando e como foi que você decidiu que iria fazer parte da militância?

16. Quais os principais obstáculos que você enfrentou quando decidiu entrar para a militância e as principais consequências dessa decisão?

17. Além de militar, quais eram suas atividades cotidianas na época?

18. Qual era o seu papel no movimento em que militava?

19. Qual a identificação social da mulher na época da ditadura civil-militar?
20. Você sofreu alguma discriminação por ser uma mulher militante?
21. E dentro do seu movimento? Havia algum preconceito pelo fato de você ser mulher?
22. Como era o relacionamento com os seus companheiros de luta? Eles tinham confiança/segurança em você? Você possuía algum tratamento diferenciado por ser mulher?
23. E as relações de poder dentro do movimento em que você militava? Como se davam? Existia alguma hierarquia entre vocês?
24. Existiam mulheres no comando do movimento? Havia uma hierarquia também entre essas mulheres?
25. Havia uma luta específica das mulheres dentro do movimento, ou esta se limitava ao debate das questões mais gerais?
26. Você foi contra algum posicionamento do seu movimento? Qual?
27. Você alguma vez fez algo só para provar que era igual aos homens dentro do seu movimento?
28. Você precisou modificar o seu jeito, se “masculinizar” para ser aceita como militante?
29. Você teve sua sexualidade posta em questão devido ao fato de ser militante e fugir dos padrões femininos da época?
30. Você sofria preconceito de outras mulheres que não faziam parte da luta?
31. Na época, você lutava apenas contra a ditadura civil-militar, ou também pela sua liberdade?
32. Você acha que a luta de mulheres contra a ditadura civil-militar influenciou na construção da identidade feminina atual?
33. Depois que o período da ditadura civil-militar acabou, você se envolveu em mais algum movimento ou se afastou da militância política?